

Diretoria de Estudos Macroeconômicos
SEMINÁRIOS DIMAC

| 218 |

**GASTO PÚBLICO EM AGRICULTURA:
RETROSPECTIVA E PRIORIDADES**

José Garcia Gasques
(Ministério da Agricultura)

Carlos Monteiro Villa Verde
(Ministério da Agricultura)

Eliana Teles Bastos
(Ministério da Agricultura)

21 de junho de 2006



**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

| 218 |

**GASTO PÚBLICO EM AGRICULTURA:
RETROSPECTIVA E PRIORIDADES**

José Garcia Gasques
(Ministério da Agricultura)

Carlos Monteiro Villa Verde
(Ministério da Agricultura)

Eliana Teles Bastos
(Ministério da Agricultura)

21 de junho de 2006

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário Executivo – João Bernardo de Azevedo Bringel

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Presidente

Luiz Henrique Proença Soares

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Secretário-Executivo do Comitê Editorial

Marco Aurélio Dias Pires

Coordenação de Seminários de Macroeconomia

Claudio Ferraz

Vera Lucia Saboia (coordenadora assistente)

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Normalmente, os textos — trabalhos nem sempre concluídos e apresentados em seminários promovidos pela DIMAC/IPEA — são reproduzidos a partir de originais encaminhados pelo(s) autor(es), sem qualquer revisão, no que diz respeito a seu conteúdo ou sua forma. As conclusões e opiniões emitidas neste texto são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Tiragem Inicial: 150 exemplares

Informações

seminarios@ipea.gov.br

Avenida Presidente Antonio Carlos, 51, 16º andar – Centro
20020-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Tel.: (0xx21) 3804-8167

Telefax: (0xx21) 2240-0576



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

GASTO PÚBLICO EM AGRICULTURA: Retrospectiva e Prioridades

José Garcia Gasques
Carlos Monteiro Villa Verde
Elana Teles Bastos

Brasília, junho de 2006.

Gastos Públicos em Agricultura: Retrospectiva e Prioridades

Índice

1. Introdução.....	3
2. Fontes dos Dados	4
3. Visão Geral dos Gastos Públicos Federais	5
3.1. Quadro Geral	5
3.2. Classificação dos Gastos por Categoria Econômica	8
3.3. Fontes de Financiamento de Agricultura e Organização Agrária	10
3.4. A Decomposição do Gasto Público por Órgão Superior.....	12
4. Gastos Públicos Sob a Ótica das Subfunções e dos Programas.....	14
4.1. Subfunções	14
4.2. Uma Classificação Funcional do Gasto Público Utilizada pela FAO ..	18
4.3. Gasto Público em Agricultura e Organização Agrária segundo os Programas	19
5. O Gasto Público em Algumas Políticas Agrícolas	21
5.1. Comercialização e Crédito Rural	21
5.2. Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento	30
6. Resultados e Conclusões.....	34
7. Referência Bibliográfica	36
1. Anexo 1 - Clasificación Funcional del Gasto en el Sector Agrícola y Areas Rurales.....	39
2. Anexo 2 - Despesas Realizadas Por Função e Programa	43



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Gastos Públicos em Agricultura: Retrospectiva e Prioridades

José Garcia Gasques*, Carlos Monteiro Villa Verde**, Eliana Teles Bastos***

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo fazer uma retrospectiva dos gastos públicos em agricultura e organização agrária, e indicar as prioridades de políticas, agrícola e agrária no âmbito dos gastos públicos. Quanto a retrospectiva, pretende-se recompor séries de dispêndios públicos apresentadas em trabalhos anteriores, como os de Gasques (2001), Gasques e Villa Verde (2003) e Gasques (2004). Essa recomposição de algumas séries de gastos torna-se importante por ser feita segundo uma mesma metodologia ao longo dos anos considerados. A análise das prioridades do gasto será realizada tomando-se algumas políticas como de comercialização e crédito rural, política agrária e pesquisa e desenvolvimento.

A análise dos gastos públicos para o desenvolvimento agrícola e rural tem sido, também, objeto de acompanhamento de instituições internacionais como a FAO, que tem realizado diversos estudos sobre o tema. Entre estes, estão os de 2001 e de 2004, referentes a 12 países da América Latina e Caribe, inclusive Brasil (ver FAO, 2001 e 2004). Mais recentemente, a FAO promoveu uma conferência eletrônica com o propósito de atualizar e classificar a base de dados do gasto público rural (FAO, 2006). Também a OECD dá grande importância ao gasto público em agricultura no Brasil, em seu relatório sobre a revisão de políticas agrícolas. (OECD, 2005).

Após esta introdução, faz-se na segunda parte, uma apresentação da fonte dos dados. Na terceira parte, apresenta-se uma visão geral dos gastos públicos federais e dos gastos em agricultura e organização agrária, tomando-se estes como os gastos públicos diretamente dirigidos as áreas rurais. São analisadas na quarta parte, as prioridades dos gastos sob a ótica

* Coordenador Geral de Planejamento Estratégico da AGE/MAPA. É Técnico de Pesquisa e Planejamento do IPEA, requisitado pelo MAPA.

** Consultor

*** Assistente de Pesquisa AGE/MAPA

das principais classificações das contas públicas. Na quinta parte analisam-se sob o enfoque dos gastos, três políticas essenciais para o desenvolvimento, quais sejam – Comercialização e Crédito Rural e Pesquisa e Desenvolvimento. Finalmente, apresentam-se algumas observações finais.

2. Fontes dos Dados¹

A principal fonte para as informações dos gastos públicos é o Ministério da Fazenda, através de sua Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essas informações são publicadas no Balanço Geral da União. Em alguns casos, como na análise de políticas específicas como de comercialização e de crédito rural, foram complementadas pelos relatórios da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional - COPEC, também da Secretaria do Tesouro Nacional. O uso das informações da COPEC é muito útil, pois é feita uma descrição dos instrumentos de Política de Preços Mínimos e de Crédito Rural, e relata a execução das despesas e receitas referentes às contas sob sua responsabilidade, referentes a essas políticas.

As informações do Balanço Geral da União são mensais e anuais, e atualmente, algumas são disponibilizadas no site da Secretaria do Tesouro Nacional. Utilizou-se, como em trabalhos anteriores, o conceito de despesa realizada, que corresponde aos gastos efetivamente realizados pelo governo federal. Isso significa, mesmo naqueles casos onde as operações envolvem receitas para o governo, que o número contabilizado corresponde ao resultado da diferença entre receitas e despesas. A Secretaria do Tesouro Nacional chama de resultado fiscal o resultado assim obtido.

Conforme é apresentado no Balanço Geral da União, utilizam-se neste trabalho, vários níveis de agregação das contas para analisar o gastos públicos. A classificação completa representa um número de 17 dígitos. Por exemplo, suponhamos a classificação a seguir: 20 122 0356 2157 0001. Esse código indica que essa conta pertence a Função agricultura (20), a Subfunção Administração Geral (122), Programa Seguro Rural (0365), Ação (2157) e localização Nacional (0001). A Função 21, denominada Organização Agrária, e a outra parte que juntamente com a função anterior, completa os gastos em agricultura e áreas rurais que serão apresentados neste trabalho. Para facilitar a compreensão do leitor, explicações

¹ Agradecemos a Heloísa Teixeira Saito, pelo apoio na coleta e organização das informações utilizadas na pesquisa.

complementares serão fornecidas ao longo do trabalho, de modo a se compreender as agregações utilizadas.

Trabalhou-se com vários cortes nas informações, desde a classificação de maior nível que é a Função até o menor nível de agregação das contas públicas que é a Ação (ver SOF, MTO-02, 2005). Essa composição dos gastos, em Agricultura e Organização Agrária surgiu pela Lei Nº. 9 811, de 28 de julho de 1999. Essa lei estabeleceu as diretrizes a serem seguidas após o ano de 2000, e introduziu mudanças substanciais na elaboração dos orçamentos públicos. A partir dessa mudança os gastos públicos na agricultura passaram a ser contabilizados não mais em uma, mas em duas funções: Função Agricultura e Função Organização Agrária. Deste modo, a organização dos dados ao longo do período analisado neste trabalho, cuida para que mesmo com essa mudança de metodologia das contas seja possível a construção das séries de dados ao longo do tempo. O período analisado vai de 1980 a 2005, mas em certos casos onde se dispõe de anos anteriores estes também serão apresentados. Mas a idéia do trabalho é se fixar nos anos mais recentes já que em outros trabalhos foram analisados os anos anteriores (Gasques e Villa Verde, 2003).

3. Visão Geral dos Gastos Públicos Federais

3.1. Quadro Geral

Os anos recentes colocam os gastos públicos federais em agricultura e organização agrária em uma proporção de menos de 2% da Despesa Global da União . Nos últimos quatro anos essa proporção se elevou de 1,57% para 1,99%. Entre 2003 e 2005, as despesas em Agricultura e Organização Agrária se elevaram de R\$ 9.777 milhões para R\$ 12.065 milhões. Houve, portanto, um acréscimo nas despesas de 32% entre esses anos. Esses valores representam os dispêndios que a União tem anualmente nas duas funções, Agricultura e Organização Agrária, nas ações dirigidas para a Produção Vegetal, Produção Animal, Defesa Sanitária, Abastecimento, Extensão Rural e Irrigação, e nos programas voltados para Reforma Agrária e Colonização.

Considerando a consolidação das contas públicas, a União é responsável por 75,0% dos gastos em agricultura e organização agrária, os Estados por 19,0% e os Municípios por 6,0% (STN, Port. 458 de 29/06/2005). Mas este trabalho trata somente dos gastos da União.

A proporção dos gastos em relação ao Gasto Total, não representa um indicador do grau de proteção do governo à agricultura, pois ele reúne entre os dispêndios, aqueles que são atribuições clássicas do Governo em relação as áreas rurais. Este trabalho apresentará adiante, uma estimativa do montante das subvenções econômicas a agricultura, mas a OECD (2005), apresenta estimativas de subsídios por produto, e conclui que o Brasil se encontra entre os países que apresentam o menor grau de proteção à agricultura. Como se observa na Tabela 1, os anos oitenta apresentaram, em média, um percentual de gastos em relação ao gasto da União, da ordem de 6,4%. Esses anos foram caracterizados como de grande intervenção do governo nas políticas domésticas, no que se refere aos subsídios ao crédito rural e a comercialização. Nos anos de 1985 a 1990, especificamente, elevadas aquisições de milho e de arroz foram realizadas pelo governo o que implicou acentuado aumento dos gastos públicos (OECD, 2005, p.79). Não há um parâmetro sobre a proporção adequada dos gastos em relação ao PIB. Mas, a FAO sugere que os países deveriam gastar nas áreas rurais uma proporção semelhante a proporção do PIB-Agrícola no PIB-Total da economia, que hoje no Brasil está por volta de 9%. A FAO (2005) concluiu em um estudo de 2002 que os países da América Latina gastam pouco em Agricultura (Gordillo de Anda, 2002).

Tabela 1 - Despesa Global da União, PIB e despesas em Agricultura e Organização Agrária. Valores de 2005 (*)

em milhões Reais

	PIB	União	Agricultura	Organização Agrária	Agric.+ Organiz. Agrária	Agricul + Org.Agr. / Gasto União
1980	1.145.211	171.440	12.803	121	12.924	7,54
1981	1.096.540	154.653	6.787	96	6.883	4,45
1982	1.105.641	162.115	8.869	139	9.009	5,56
1983	1.073.246	153.125	9.281	103	9.383	6,13
1984	1.131.201	145.417	6.210	196	6.406	4,41
1985	1.220.001	172.292	5.710	343	6.052	3,51
1986	1.311.379	298.882	20.244	1.016	21.261	7,11
1987	1.357.670	271.129	31.007	1.379	32.386	11,95
1988	1.356.856	339.280	25.774	3.520	29.294	8,63
1989	1.399.732	798.440	15.012	392	15.404	1,93
1990	1.338.844	1.144.905	21.288	921	22.209	1,94
1991	1.352.654	472.958	19.375	1.355	20.730	4,38
1992	1.345.301	594.750	14.086	831	14.918	2,51
1993	1.411.554	688.245	16.143	1.309	17.452	2,54
1994	1.494.171	498.588	16.658	1.727	18.386	3,69
1995	1.557.281	433.585	19.659	3.278	22.938	5,29
1996	1.598.683	453.169	12.638	3.298	15.936	3,52
1997	1.650.976	599.567	17.128	3.322	20.449	3,41
1998	1.653.154	684.070	11.667	3.469	15.137	2,21
1999	1.666.139	646.612	14.118	2.072	16.191	2,50
2000	1.738.783	561.448	9.046	1.946	10.993	1,96
2001	1.761.561	618.363	8.841	2.145	10.986	1,78
2002	1.795.559	623.952	7.816	1.962	9.778	1,57
2003	1.805.344	570.911	7.528	1.654	9.183	1,61
2004	1.894.460	575.154	8.077	2.769	10.845	1,89
2005	1.937.598	606.933	8.437	3.628	12.066	1,99

Fonte: STN/MF e IPEA/IPEADATA

* Deflacionados pelo IGP-DI da FGV

Arquivo: Despesas-Função.xls

No período de 1980 a 2005, foram as seguintes, as taxas de crescimento anual das variáveis representadas na Tabela 1.

PIB → 2,34% ao ano

Despesas da União → 6,13% ao ano

Despesas em Agric.e Org.Agrária → 0,45% ao ano

Vê-se que as despesas da União tiveram um crescimento quase três vezes superior ao crescimento do PIB e que os gastos públicos em agricultura e organização agrária cresceram a uma taxa anual muito abaixo do PIB e da Despesa Global da União. Numa comparação dos

gastos públicos em agricultura e organização agrária com os dispêndios de outras funções do Orçamento Fiscal e da seguridade Social, observa-se que em 2005, a proporção dessas duas funções correspondeu a 1,96% dos gastos totais da União em todas as funções. Essa proporção tem-se mantido constante nos últimos 5 anos (Ver STN, 2005).

3.2. Classificação dos Gastos por Categoria Econômica

Os gastos públicos por categoria econômica são representados pelas Despesas Correntes e pelas Despesas de Capital. Despesas Correntes, são aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. Despesas de Capital, são as despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital (SOF, MTO-02, 2002, p.198).

A classificação dos gastos em agricultura e organização agrária segundo categorias econômicas, mostra que em 2005, as despesas correntes representaram 55,0% das despesas totais em agricultura e de 24,4% em organização agrária. Enquanto as despesas correntes tinham se elevado de maneira considerável tanto em agricultura quanto em organização agrária, as despesas de capital mantiveram-se relativamente estacionárias em agricultura, e mais que dobraram em organização agrária (Tabela 2)

Tabela 2 - Gasto Público em Agricultura, Organização Agrária por Categoria Econômica - Em Valores Constantes de 2005

em milhões de R\$

20 - AGRICULTURA	2001		2002		2003		2004		2005	
	Dotação Autorizada	Execução da Despesa								
3 - DESPESAS CORRENTES										
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.391,56	1.380,62	1.337,37	1.336,79	1.241,10	1.238,27	0,00	1.337,94	1.548,39	1.545,89
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.106,04	2.457,80	3.106,78	2.314,19	2.734,49	2.072,43	0,00	2.172,74	3.463,15	3.109,95
TOTAL	4.497,60	3.838,42	4.444,15	3.650,98	3.975,59	3.310,71	0,00	3.510,68	5.011,54	4.655,84
4- DESPESAS DE CAPITAL										
4 INVESTIMENTOS	1.388,21	1.137,21	924,34	535,32	665,69	223,39	0,00	370,85	708,15	435,06
5 INVERSOES FINANCEIRAS	6.485,25	2.877,66	4.683,32	2.231,01	5.348,57	3.403,80	0,00	3.803,06	6.287,50	3.346,45
TOTAL	7.873,45	4.014,87	5.607,66	2.766,33	6.014,26	3.627,19	0,00	4.173,91	6.995,65	3.781,51
TOTAL	12.371,05	7.853,29	10.051,81	6.417,31	9.989,85	6.937,90	0,00	7.684,59	12.007,18	8.437,36

Fonte: Ministério da Fazenda - MF/ Secretaria do Tesouro Nacional - STN

21 - ORGANIZACAO AGRARIA	2001		2002		2003		2004		2005	
	Dotação Autorizada	Execução da Despesa								
3 - DESPESAS CORRENTES										
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	265,46	260,98	241,22	240,79	231,82	230,30	0,00	231,10	293,88	292,20
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	352,01	298,52	305,34	277,53	265,98	211,95	0,00	444,01	709,16	592,58
TOTAL	617,48	559,50	546,57	518,32	497,80	442,25	0,00	675,11	1.003,04	884,79
4- DESPESAS DE CAPITAL										
4 INVESTIMENTOS	297,58	277,12	209,58	138,64	117,06	86,57	0,00	300,97	464,73	395,39
5 INVERSOES FINANCEIRAS	1.322,49	1.068,74	1.087,71	953,79	1.101,82	995,66	0,00	1.658,29	2.632,46	2.348,27
TOTAL	1.620,07	1.345,86	1.297,29	1.092,43	1.218,88	1.082,23	0,00	1.959,26	3.097,19	2.743,66
TOTAL	2.237,54	1.905,36	1.843,85	1.610,75	1.716,68	1.524,48	0,00	2.634,37	4.100,23	3.628,44

Fonte: Ministério da Fazenda - MF/ Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Arquivo: Gasto 2006 \TAB28 FAO RESUMO Funções 2005.xls

Como as despesas de capital são aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, pode-se concluir que os gastos em organização agrária têm se voltado mais para garantir o crescimento a longo prazo, enquanto na função agricultura os gastos públicos tem-se voltado principalmente e assegurar o crescimento de curto prazo, já que as despesas correntes nessa função tem crescido mais depressa que as despesas de capital. A especificação dos elementos que compõem as categorias econômicas das despesas está detalhada na Portaria Interministerial Nº. 163, de 04 de maio de 2001 (Ver SOF, MTO-02, 2002).

Também pode-se observar na Tabela 2, que em agricultura executou-se em 2005, 70,2% dos gastos autorizados. Na função organização agrária, a proporção entre despesas executadas e despesas autorizadas foi de 88,5%.

Essas diferenças que ocorrem entre a dotação autorizada e a despesa executada podem atingir valores elevados, como se nota em 2005 na função agricultura, de R\$ 3,6 bilhões. Esse é um montante que apesar de ter sido aprovado pelo Orçamento não pode ser alocado. Isso ocorre, em geral, por contingenciamentos de gastos que o Governo Federal estabelece em função da necessidade do cumprimento de metas de política econômica. Mas, outro fator que também pode motivar o não cumprimento das metas financeiras, refere-se as dificuldades encontradas no processo de execução financeira.

3.3. Fontes de Financiamento de Agricultura e Organização Agrária

O Governo Federal utiliza várias fontes de recursos para financiar a agricultura. Houve ao longo do tempo, mudanças acentuadas nas fontes de financiamento do gasto público em agricultura. Duas mudanças principais podem ser indicadas. A perda de importância do lançamento de títulos do Tesouro no mercado, para obter fundos para o financiamento, e o auto-financiamento da agricultura, decorrente da orientação a partir de 1990, onde as despesas passaram a ser financiadas a partir das receitas geradas de operações realizadas no setor agrícola como as de comercialização. Essas mudanças podem ser notadas através da Tabela 3.

Tabela 3 - Demonstrativo da execução das despesas da união por fonte de recursos - Orçamentos fiscal e da seguridade social - Exercício: 2005

1999		
04 - Agricultura ¹	Execução da Despesa	Percentual
Fonte de Recursos		
No país		
00 RECURSOS ORDINARIOS	1.236.964.199	15,47
02 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	141.038.000	1,76
15 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	182.603.098	2,28
43 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	40.105.753	0,50
44 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOIRO NACIONAL	2.125.451.266	26,59
46 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	472.721.866	5,91
48 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	76.393.071	0,96
49 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	4.829.303	0,06
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	744.906.946	9,32
60 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	1.306.347.752	16,34
64 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	399.906.099	5,00
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	415.486	0,01
81 RECURSOS DE CONVENIOS	1.808.678	0,02
92 SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOIRO	3.484.114	0,04
95 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	679.935	0,01
97 RECURSOS DO FUNDO DE AMORTIZACAO DA DIVIDA	8.751.884	0,11
99 RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	1.185.156.906	14,82
Total	7.931.564.354	99,21
Contrapartida para o BIRD		
00 RECURSOS ORDINARIOS	8.062.391	0,10
15 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	46.239.748	0,58
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.999.136	0,06
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	864	0,00
Total	59.302.140	0,74
Contrapartida para o BID		
00 RECURSOS ORDINARIOS	216.250	0,00
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	0	0,00
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0	0,00
Total	216.250	0,00
Outras contrapartidas		
00 RECURSOS ORDINARIOS	519.656	0,01
60 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.312.853	0,04
Total	3.832.509	0,05
Total Geral	7.994.915.252	100,00

Fonte: Ministério da Fazenda - MF/ Secretaria do Tesouro Nacional - STN

¹ Indicou-se o código 04 para Agricultura, porque até 1999, esse era o código que representava essa função. A partir de 2000, passou a ser 20.

Arquivo:Cópia de Gasques99fonte.xls

2005		
20 - Agricultura	Execução da Despesa	Percentual
FONTE DE RECURSOS		
00 RECURSOS ORDINARIOS	3.484.942.619	41,30
11 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	20.065.190	0,24
15 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	8.198.891	0,10
48 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	27.491.153	0,33
49 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS		
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	246.119.838	2,92
59 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	343.359.143	4,07
60 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.073.414.874	36,43
72 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS		
75 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	1.164.945	0,01
76 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	40.938.755	0,49
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.158.372.682	13,73
81 RECURSOS DE CONVENIOS	32.699.992	0,39
95 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	588.060	0,01
T O T A L	8.437.356.142	100,00

2005

2005		
21 - Organização Agrária	Execução da Despesa	Percentual
FONTE DE RECURSOS		
00 RECURSOS ORDINARIOS	1.796.767.619	49,52
48 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	103.948.913	2,86
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11.870.393	0,33
64 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	1.113.145.443	30,68
75 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	4.455.671	0,12
76 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	348.603.433	9,61
79 FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	118.973.002	3,28
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	129.677.957	3,57
95 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	1.000.000	0,03
T O T A L	3.628.442.431	100,00

Fonte: Ministério da Fazenda - MF/ Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Arquivo:Cópia de Gasques99fonte.xls

Com relação ao lançamento de títulos no mercado, que corresponde à fonte número 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, vê-se que em 1999, essa fonte era responsável por 26,6% dos recursos destinados pelo Governo Federal à agricultura e organização agrária. Em 2005, essa fonte nem sequer foi utilizada. Isso, sem dúvida, representou um aperfeiçoamento considerável na forma de financiamento do gasto público federal, pois os recursos tomados ao mercado através do mecanismo de títulos tinham custos definidos pela taxa de juros de mercado.

No financiamento do gasto público através de fontes específicas das áreas rurais, onde os recursos se originam de operações, notam-se duas fontes básicas: fonte 60-Recursos das Operações Oficiais de Crédito e a fonte 80-Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados. Essas duas fontes foram responsáveis por 50% dos dispêndios da função agricultura em 2005 (Tabela 3). Essas fontes foram, nesse ano, mais expressivas que aquele financiamento tradicional realizado pelo governo, e representado pela fonte 00-Recursos Ordinários. Esta representou em 2005, 41,3% dos dispêndios públicos em agricultura.

O financiamento através de títulos ganhou importância no financiamento dos dispêndios em organização agrária. Porém, os títulos utilizados são os Títulos da Dívida Agrária, fonte 64 , que em 2005 representaram 30,7% dos dispêndios do Governo Federal nessa função, enquanto em 1999, essa fonte representava 5% dos recursos que o Governo Federal destinou às ações agrárias.

3.4. A Decomposição do Gasto Público por Órgão Superior

Os gastos públicos federais em agricultura e organização agrária envolvem diversos órgãos como se pode observar pela Tabela 4.

Tabela 4 - Gastos Públicos por Função e Órgão Superior - Despesas Executadas por Órgão Superior – valores de 2005*

		em mil reais					
	Órgão Superior	2000	2001	2002	2003	2004	2005
20	20114	0	81		192		
	20101				6.912	45.579	333.400
	52000	1.977	16.343	1.385	18	3.639	150
	22000	5.116.339	4.359.153	3.994.375	3.251.373	3.644.177	4.607.726
	24000	3.562	14.193	45	2.083	2.044	2.972
	25000	3.133.328	3.560.578	3.301.450	3.954.837	4.109.242	3.253.191
	26000	2.295	518	2.894	1.750	1.617	2.808
	30000	49					
	35000	393	311	221	5.854	4.425	9.099
	38000			6			
	41000	76					
	36000		336				
	39000						
	44000			12			200
	49000	350.566	287.820	302.578	182.332		1.538
	53000	437.898	601.812	213.055	122.942	265.882	226.272
	Sub-Total	9.046.485	8.841.145	7.816.022	7.528.293	8.076.604	8.437.356
21	20101					2.063	
	20113		534	411	322		
	20114		0		148		
	22000		0			857	65
	24000		0				601
	26000		0		433	5.262	3.263
	28000		0	890			
	32000		545				
	52000	1.802	3.990	5.050	1.637	2.217	2.855
	32000						988
	35000	20	19	52	18		823
	44000					1.953	435
	49000	1.944.370	2.139.756	1.955.426	1.651.566	2.755.909	3.616.305
	51000				88	495	810
	53000		186				2.299
	Sub-Total	1.946.192	2.145.030	1.961.829	1.654.212	2.768.756	3.628.442
	Total	10.992.677	10.986.176	9.777.851	9.182.505	10.845.361	12.065.799

FONTE : MF/STN

* 20= Agricultura 21= Organização Agrária

** Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV

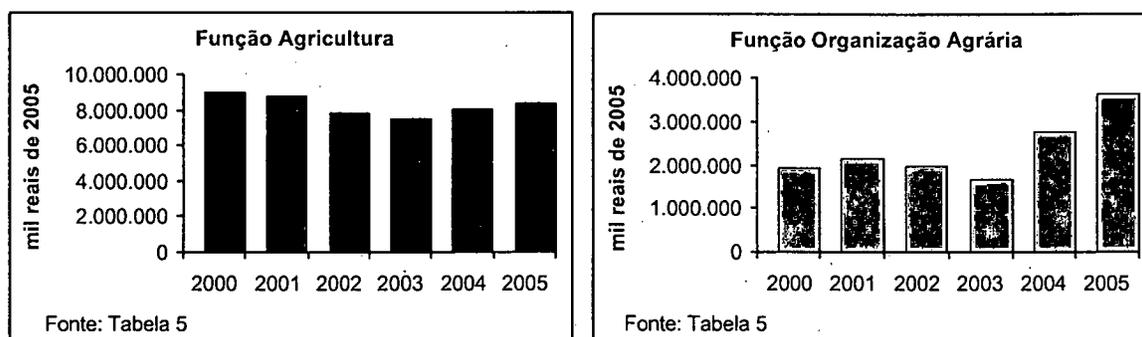
Arquivo:Agriorg-OrgaoSuperior 1999-2005

Essa tabela dispõe para o período 2000 a 2005, o conjunto de Ministérios diretamente relacionados às despesas executadas nas funções agricultura (20) e organização agrária (21). Percebe-se que em agricultura, 93,2% do gasto é realizado pelos Ministérios da Agricultura e da Fazenda. Ao Ministério da Agricultura cabem as atribuições relacionadas a produção vegetal e animal, à defesa sanitária animal e vegetal, abastecimento, extensão rural e irrigação, embora estas ações sejam compartilhadas com outros Ministérios. Estão entre as principais contas desse Ministério, as relativas a Administração, Formação de Estoques Reguladores, e políticas específicas, como a da Economia Cafeteira. Nota-se que nos últimos três anos

aumentaram as despesas realizadas pelo Ministério da Agricultura, de R\$ 3,25 bilhões para R\$ 4,61 bilhões. Estas despesas em 2005, se deveram, além do montante das despesas com Administração, às despesas relativas a economia cafeeira, e os dispêndios para a Formação de Estoques públicos, já que 2005 foi um ano de baixos preços agrícolas.

Por sua vez, o Ministério da Fazenda, tem atribuições relacionadas às contas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Crédito Rural, Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, como Aquisições do Governo Federal - AGF, Empréstimos do Governo Federal - EGF. A participação desse Ministério, se dá de maneira mais específica nos chamados Outros Encargos Especiais, que é uma subfunção criada a partir de 2000 com o objetivo de reunir as operações que por meio de legislação específica se beneficiam de subvenções econômicas.

Com relação aos Ministérios que participam de organização agrária, vê-se, pela Tabela 4, que a participação majoritária é do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Diagrama ajuda a elucidar as informações dessa Tabela, mostrando que apesar de que nos últimos três anos, os gastos públicos se elevaram nas duas funções, os aumento em organização agrária foi muito superior ao de agricultura.



4. Gastos Públicos Sob a Ótica das Subfunções e dos Programas

4.1. Subfunções

Na parte anterior foram apresentados os gastos públicos por função, que representa o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. A subfunção representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesas e identificar a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. Por fim, o programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum (Ver SOF, MTO-02, 2005, p.17 a 19).

Na Tabela 5, são apresentadas as despesas de agricultura e organização agrária para suas diversas subfunções. Essa abordagem é ilustrativa na análise dos gastos públicos, pois permite passar a perceber a direção e a prioridade na destinação dos recursos. Existem quatro subfunções que praticamente concentram quase a totalidade dos dispêndios, que são: Administração Geral (20 122), Promoção da Produção Vegetal (20 601), Abastecimento (20 605), e Outros Encargos Especiais (20 846). Esta subfunção absorveu em 2005, 38,6% dos dispêndios federais em agricultura. A importância em volume de recursos dos dispêndios em Administração, se deve a que nessa subfunção, estejam reunidas as Despesas Correntes, com pessoal e encargos sociais. As subfunções, Promoção da Produção Vegetal e Abastecimento, reúnem um grande conjunto de programas e ações típicas das atribuições do Ministério da Agricultura. Essas duas subfunções representaram em 2005, 28,6 % dos dispêndios em agricultura.

O aumento acentuado dos dispêndios nessas subfunções entre os anos de 2004 e 2005, se deve no caso de Promoção da Produção Vegetal (20 601), principalmente a atuação do governo na formação de estoques de café (CONAB, 2006), através do sistema de opções, e despesas com financiamentos de custeio e investimento para a economia cafeeira. As despesas nessa subfunção, desse modo, representaram R\$ 1.262 milhão em 2005. Quanto ao aumento das despesas com Abastecimento (20 605), entre 2004 e 2005, as informações disponíveis mostram que isso se deveu a formação de estoques de produtos agrícolas. Isso fez com que os dispêndios em Abastecimento passassem de R\$ 562 milhões em 2004 para R\$ 1,15 bilhão em 2005 (Tabela 5).

Quanto à subfunção, Outros Encargos Especiais (20 846), nota-se na Tabela 5, que seus dispêndios representaram uma parte expressiva do gasto público nos anos de 2000 a 2005. É a subfunção que representa o maior percentual de dispêndios em agricultura. As despesas contabilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional nessa subfunção são as subvenções econômicas referentes à equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros referentes a operações de crédito rural e outras especificadas em lei, como as subvenções ao setor sucro-alcooleiro. Nesta subfunção entram as despesas que a União tem com o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, parte das despesas governamentais com o refinanciamento de dívidas dos agricultores, despesas com o PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Essas despesas serão discutidas e detalhadas na próxima parte no âmbito de políticas de apoio à agricultura.

Entre as subfunções da agricultura, há ainda aquelas que têm representado montantes relativamente pequenos de recursos, mas que têm importância enorme na qualidade dos produtos agrícolas e da pecuária e também são decisivas para a competitividade do agronegócio. Como em algumas outras despesas públicas, há dificuldade em indicar um montante desejável de despesas de uma subfunção. Mas quando se trata de Defesa Sanitária, as evidências indicam que existe grande insuficiência de recursos. No caso da Defesa Sanitária Vegetal (603), a despesa realizada em 2005 sofreu uma queda de 32 % em relação à despesa efetuada em 2000. Também em Defesa Sanitária Animal (604), houve queda real dos gastos do governo da ordem de 33 % entre 2000 e 2005.

Tabela 5 – Despesa por Função e Subfunção 2000 a 2005

21 - Organização Agrária		Despesa Realizada					em mil reais de 2005	
Código	Subfunções	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
21121	Planejamento e Orçamento	0	0	0	0	8.129	7.264	
21122	Administração Geral	398.518	377.597	364.219	58.055	354.616	421.854	
21125		0	0	0	0	13.040	33.249	
21126	Tecnologia da Informação	10.205	10.662	11.215	166	6.344	6.699	
21127	Ordenamento Territorial	0	0	0	0	22.493	124.535	
21128	Formação de Recursos Humanos	1.232	3.721	3.351	1.032	86.727	145.311	
21131	Comunicação Social	7.723	11.914	9.155	0	2.063	8.336	
21183	Informação e Inteligência	0	0	0	0	103	516	
21244	Assistência Comunitária	0	0	0	0	2.432	0	
21301	Atenção Básica	17.369	15.150	14.068	16.576	15.848	15.014	
21306	Alimentação e Nutrição	9.290	8.243	8.194	7.144	8.865	11.297	
21331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.152	2.665	3.908	3.470	4.474	6.132	
21361	Ensino Fundamental	0	0	13.636	12.614	0	0	
21363	Ensino Profissional	0	0	0	0	0	13.171	
21364	Ensino Superior	0	0	0	0	0	5.148	
21365	Educação Infantil	2.010	1.584	1.241	1.308	1.223	1.194	
21366	Educação de Jovens e Adultos	0	0	0	0	27.891	14.547	
21422	Direitos Indiv.Coletivos e Difusos	0	0	0	0	1.058	981	
21572	Desenv. Tecnológico e Engenharia	0	0	0	0	0	1.252	
21601	Promoção da Produção Vegetal	0	0	0	0	0	718	
21606		0	0	0	0	45.975	56.614	
21631	Reforma Agrária	1.495.802	1.712.687	1.531.953	1.553.846	1.314.276	1.676.134	
21632	Colonização	890	806	890	0	0	0	
21691	Promoção Comercial	0	0	0	0	17.863	20.389	
21845	Transferências	0	0	0	0	125.518	0	
21846	Outros Encargos Especiais	0	0	0	0	709.821	1.058.088	
21	Organização Agrária	1.946.192	2.145.030	1.961.829	1.654.212	2.768.756	3.628.442	

Fonte:MF/STN

* Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV

Arquivo: Subfunções- 2000 - 2005

20 - Agricultura		Despesa Realizada					em mil reais de 2005	
Código	Subfunções	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
20121	Planejamento e Orçamento	0	0	182	0	0	0	
20122	Administração Geral	1.574.100	1.622.692	1.657.422	583.499	1.590.191	1.732.473	
20125	Normalização e Fiscalização	7.562	5.472	5.158	3.617	31.162	28.094	
20126	Tecnologia da Informação	3.487	4.369	3.586	0	9.182	33.011	
20127	Ordenamento Territorial	1.392	501	0	0	6.561	4.850	
20128	Formação de Recursos Humanos	4.857	2.896	2.683	2.571	22.067	16.363	
20131	Comunicação Social	212	238	273	882	7.673	7.620	
20135	Comunicação Social	0	0	0	0	0	0	
20212	Cooperação Internacional	9.983	15.062	24.806	25.462	886	31.535	
20244	Assistência Comunitária	0	0	0	42.364	0	3.000	
20273	Previdência Complementar	65.903	56.119	77.301	67.550	58.118	67.040	
20301	Atenção Básica	68.423	71.838	63.214	61.682	71.217	62.253	
20304	Vigilância Sanitária	0	0	4.755	524	0	0	
20306	Alimentação e Nutrição	50.430	52.035	55.480	47.100	54.652	58.377	
20331	Prot. e Benefícios ao Trabalhador	9.334	8.941	9.819	9.976	10.565	11.590	
20363	Ensino Profissional	760	944	1.130	837	1.357	1.188	
20365	Educação Infantil	5.688	5.162	4.127	3.218	3.247	8.568	
20423	Assistência a Povos Indígenas	235	360	0	0	0	0	
20541	Preservação e Conservação Ambiental	0	0	0	0	1.023	117	
20543	Recuperação de Áreas Degradadas	2.438	2.220	3.530	1.799	0	0	
20545	Meteorologia	38.647	29.116	36.845	27.251	1.692	1.396	
20571	Desenvolvimento Científico	0	0	0	0	1.502	2.132	
20572	Desenv. Tecnol. e Engenharia	186.433	195.644	143.325	730.799	157.557	149.932	
20573	Dif. Conhec. Científico e Tecnológico	0	0	0	0	15.392	16.475	
20601	Promoção da Produção Vegetal	1.389.962	568.896	1.122.957	546.449	5.687	1.262.710	
20602	Promoção da Produção Animal	22.204	33.080	30.630	15.275	17.544	13.771	
20603	Defesa Sanitária Vegetal	21.387	28.496	32.575	21.667	15.389	14.600	
20604	Defesa Sanitária Animal	137.900	140.841	78.033	61.460	62.320	92.087	
20605	Abastecimento	1.396.623	1.348.401	735.335	1.018.136	562.081	1.151.535	
20606	Extensão Rural	456.977	437.147	367.653	173.545	89.195	174.786	
20607	Irrigação	426.752	588.489	206.125	119.887	244.309	209.525	
20665	Normalização e Qualidade	0	0	0	0	1.471	1.220	
20691	Promoção Comercial	0	0	0	0	4.364	4.234	
20692	Comercialização	0	0	0	0	108	142	
20693	Comércio Exterior	3.717	1.321	1.184	699	0	0	
20694	Serviços Financeiros	0	0	0	0	0	0	
20752	Energia Elétrica	27.732	60.284	10.392	7.206	10.417	2.042	
20754	Álcool	0	0	0	544.075	0	0	
20845	Transferências	0	0	0	0	41.483	18.028	
20846	Outros Encargos Especiais	3.133.328	3.560.578	3.137.505	3.410.762	4.978.194	3.256.663	
20	AGRICULTURA	9.046.467	8.841.145	7.816.022	7.528.293	8.076.604	8.437.356	

Fonte:MF/STN

Arquivo: Subfunções - 2000 - 2005

Continuando a observar a Tabela 5, verifica-se que organização agrária tem um número de subfunções menor do que agricultura. Nota-se que três subfunções, Administração Geral (21 122), Reforma Agrária (21 631) e Outros Encargos Especiais (21 846), representaram em 2005, 87% das despesas nessa função. Administração reúne, como é usual, as despesas correntes, especialmente, pessoal e encargos sociais. Essa despesa representou em 2005, 11,6% da despesa total da função nesse ano. A parte de Reforma Agrária é a mais expressiva da despesa em organização agrária e correspondeu a 46 % dos gastos em 2005.

Finalmente, a subfunção Outros Encargos Especiais, tem adquirido uma importância enorme nos dois últimos anos, como se observa na Tabela 5. Sua despesa aumentou em 49 % entre 2004 e 2005. Esse aumento se deve ao maior volume de recursos dispendidos com financiamento da política fundiária, principalmente o Crédito para implantação de projetos de assentamento e para o Crédito Fundiário.

4.2. Uma Classificação Funcional do Gasto Público Utilizada pela FAO

A partir da classificação do gasto público federal por subfunção como na Tabela 5, foi feita uma classificação funcional do gasto no setor agrícola e áreas rurais, conforme sugerido pela FAO (2002). Essa classificação é composta por sete grandes grupos de despesa: I - Fomento Produtivo Agrícola em Geral, II - Fomento Produtivo Rural Focalizado, III - Programas de Desenvolvimento Rural Integral, IV - Fomento ao Subsetor de Pesca e Aqüicultura, V - Fomento ao Agroturismo Rural, VI - Infra-estrutura de Áreas Rurais, e VII - Serviços Sociais (inversão humana), esses grupos de despesa estão detalhados por componentes no Anexo.

Nota-se que nesta classificação as despesas em agricultura e organização agrária, embora identificadas separadamente, são apresentadas em conjunto nessa classificação. Nota-se que em 2005, as despesas conjuntas dessas subfunções totalizaram R\$ 12.065 milhões e neste total, o grupo I - Fomento Produtivo Agrícola em Geral representou 51% da despesa total.

O segundo grupo mais importante em termos de volume de despesa foi o grupo II - Fomento Produtivo Rural Focalizado, com 31% da despesa total. O grupo III - Programas de Desenvolvimento Rural, reúne as despesas de Extensão Rural e mostra uma tendência de decréscimo entre 2000/2002 e 2003/2005. O grupo IV - Fomento ao Subsetor de Pesca e Aqüicultura teve suas despesas agregadas em outro grupo e por isso não apresenta nenhum

valor na Tabela 6. Por outro lado o grupo V - Fomento em Agroturismo Rural não apresenta nenhum valor porque não existe em agricultura e organização agrária programas ou ações que possam ser classificadas nesse grupo.

Os investimentos em Infra-estrutura para as Áreas Rurais, Grupo VI, tem como componentes Reforma Agrária, Colonização, e Energia Elétrica. Como se percebe o aumento das despesas contidas nesse grupo se deve exclusivamente a expansão de dispêndios em reforma Agrária. Não tem havido, devido às mudanças na forma de condução da política agrária, despesas em colonização, embora em outros períodos essa subfunção tenha sido importante em termos de recursos mobilizados. Nota-se, ainda que a subfunção Energia Elétrica tem muito pouca expressão, quanto a dispêndios realizados, apesar de sua importância no desenvolvimento de atividades humanas e do processo produtivo. Finalmente, percebe-se que o grupo VII, que reúne os Serviços Sociais relacionados as atividades humanas em áreas rurais, apesar de apresentar um aumento de dispêndios no período 2000 a 2005, ainda apresenta valores pequenos quando comparado aos demais grupos. Em parte isso se deve a que atividades realizadas nesse grupo estão sob a competência de outros ministérios como Educação, Saúde e Saneamento.

4.3. Gasto Público em Agricultura e Organização Agrária segundo os Programas

Em 2005, a função agricultura continha 33 programas e organização agrária, 13 programas. Mas esses números têm variado nos últimos cinco anos. Em 2000 havia 84 programas em agricultura, em 2001, 86 programas em 2003, 99 programas. Mas parece estar havendo uma tendência de reduzir o número de programas. Reuniram-se para os anos de 2005, os programas que representam a maior parte dos gastos públicos em agricultura e organização agrária (Ver Tabela 6). O Anexo apresenta a relação completa dos programas de agricultura e organização agrária de 2000 a 2005.

A análise dos gastos públicos através dos programas aumenta o grau de percepção a respeito da orientação dos recursos. Percebe-se que em agricultura, cinco a seis programas correspondem a cerca de 90% do gasto público. São os seguintes os programas: Apoio Administrativo, Agricultura Familiar, Produção e Abastecimento Alimentar, Economia Cafeeira, Irrigação e Drenagem. Na função organização agrária também se observa uma concentração dos dispêndios em três a quatro programas, sendo eles: Apoio Administrativo, Obtenção de Terras e Crédito Fundiário (Tabela 6).

A orientação do gasto público para um conjunto bem definido de programas como vem ocorrendo, tem seu lado positivo no sentido de evitar flutuações nos gastos, e deste modo garantir uma continuidade dos recursos ao longo do tempo. Outro ponto importante, se refere a que a política pública definiu uma prioridade para o PRONAF que tem público definido e toda sua regulamentação e critérios de ingresso. O problema maior que se percebe ao examinar o conteúdo de cada programa, e também o conjunto majoritário de programas não prioritários segundo o direcionamento do gasto, é que em ambas as funções, agricultura e organização agrária os recursos estão essencialmente direcionados para o curto prazo. Há nessas funções um conjunto amplo de programas cujos montantes de recursos são inexpressivos, como aqueles relacionados a produtividade, sustentabilidade, treinamento, pesquisa e outros. Esses programas são responsáveis pela garantia da competitividade da agricultura a médio e longo prazos. A mudança introduzida na metodologia das contas públicas a partir de 2000, permitiu uma melhor identificação dos gastos no que se refere a vários aspectos, porém permanecem os problemas de pulverização de recursos e má alocação.

Tabela 6 – Despesas Realizadas com os Principais Programas de Agricultura e Organização Agrária - 2005

Código	Programa	2005		valores de 2005(*)	
				Mil Reais	%
0350	Desenv. Econ.Cafeeira			1.275.416	15,12
0352	Produção e Abast.Alimentar			2.874.486	34,07
0359	Des.da Bovideocultura			148.308	1,76
0379	Irrigação e Drenagem			82.279	0,98
0750	Apoio Administrativo			1.587.559	18,82
1038	Transf.Gestão Per.Irrigados			132.384	1,57
0351	Agricultura Familiar-Pronaf			1.782.500	21,13
1156	Pesq.e Des.Para Compet.e Sustent.			121.670	1,44
6003	Apoio ao Des.Setor Agropecuário			160.010	1,90
Total				8.164.613	96,77
Agricultura				8.437.356	100,00
0135	Obtenção de Terras			1.904.204	52,48
0137	Des.Sust.na Reforma Agrária			418.105	11,52
0351	Agricultura Familiar-Pronaf			134.294	3,70
0750	Apoio Administrativo			402.542	11,09
1116	Credito Fundiário			515.566	14,21
1334	Des.Sust.de Territórios Rurais			121.570	3,35
Total				3.496.283	96,36
Organização Agrária				3.628.442	100,00

Fonte: MF/STN

* Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV

Arquivo: Programas.xls

5. O Gasto Público em Algumas Políticas Agrícolas

5.1. Comercialização e Crédito Rural

Nesta parte do trabalho serão discutidas políticas específicas ao setor agrícola, e para esta apresentação foram selecionadas as informações relativas a Comercialização, Crédito Rural e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Percebe-se que as duas primeiras são essencialmente políticas de curto prazo, enquanto P&D é caracterizadamente de longo prazo. O leitor interessado em consultar trabalhos que apresentem essas informações para períodos anteriores a 2000, podem consultar, Gasques, 2004. Incluiu-se, ainda nessa parte, uma breve discussão sobre os gastos do governo com a Dívida Agrícola, dada a importância dessas contas nos gastos públicos.

Tabela 7 – Despesas da União com Comercialização e Crédito Rural

		valores em mil Reais de 2005*						
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Comercialização								
20605035221300001	Formação de Estoques Públicos - AGF	1.069.250	862.633	300.020	787.965	132.288	1.138.858	4.291.014
20846035202980001	Financ. e Equaliz. nas Op. de Emp.do Gov.Federal(EGF)	6.321	3.877	19.110	19.021	5.723	6.706	60.759
20846035202990001	Fin. e Equal.de Preços nas Aquis.e Form. de Estoques-AGF	1.340.565	1.203.583	530.913	905.307	72.461	137.310	4.190.138
20846035203000001	Garantia e Sustent.de Preços na Comercialização(PEP, PEB, Opções)	198.470	256.382	102.257	24.464	12.422	366.800	960.795
20846500503140001	Financ.à Estocagem de Alcool Comb.(Lei 10 453 de 2002)	0	0	163.945	544.075	535.318	20.065	1.263.403
	<i>Sub Total</i>	<i>2.614.605</i>	<i>2.326.475</i>	<i>1.116.246</i>	<i>2.280.831</i>	<i>758.212</i>	<i>1.669.740</i>	<i>10.766.109</i>
Crédito Rural								0
20846035102810001	Financ. e Equaliz. De Juros Para a Agric.Familiar(PRONAF)	1.191.214	1.268.023	1.446.752	1.593.780	2.794.140	1.782.500	10.076.410
20846035202940001	Financ. e Equaliz.de Juros nas Op. de Custeio Agropecuário	253.881	267.883	304.655	379.880	112.758	204.225	1.523.282
20846035203010001	Financ. e Equaliz.de Juros nas Op.de Inv. Rural e Agroind.	50.160	118.124	267.146	253.171	384.860	389.166	1.462.627
20846035203730001	Equaliz. de Juros e Bônus de Adimplência (Lei 9866, de 09/11/1999)	0	0	0	0	46.851	42.485	89.336
20846035206110001	Eq. de Juros do Along. de Div. do Cred.Rural (Lei n.9866/99)- PESA	0	35.692	92.150	159.007	143.510	300.874	731.234
20846035207010001	Programa de Revitalização de Cooperativas - RECOOP	500.599	407.014	372.291	125.920	21.155	105.332	1.532.310
20846036202970001	Financ. de Inv. Rurais de Mini e Peq. Prod. e Equal. De Juros	21.858	0	2.231	8.783	1.199	3.059	37.130
20846036602660001	Financiamento para a Expansão Agrícola	9.335	0	0	0	0	0	9.335
20846090903060001	Remuneração dos Agentes Financeiros	0	0	0	16.201	0	0	16.201
20846090906110001	Prog. de Garantia da Ativ. Agropecuária- PROAGRO	61.524	96.773	228.467	34.715	0	836	422.316
208465005005C0002	Equaliz. de Custos de Prod. da Mat. Prima do Alcool	0	0	0	0	0	0	0
	<i>Sub Total</i>	<i>2.088.572</i>	<i>2.193.510</i>	<i>2.713.691</i>	<i>2.571.458</i>	<i>3.504.472</i>	<i>2.828.477</i>	<i>15.900.180</i>
	Total	4.703.177	4.519.985	3.829.937	4.852.289	4.262.684	4.498.217	26.666.288

Fonte: MF/STN

* Valores Corrigidos pelo IGP-DI

Renegociações de Dívidas dos Agricultores		2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
28843090504330001	Dívida Mobiliária da União decorrente de Programas de Apoio ao Setor Agrícola	Não Consta	Não Consta	2.189.663	3.171.160	1.629.909	1.781.794	8.772.526
28846090907050001	Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.	Não Consta	Não Consta	99.609	50.977	74.145	0	224.731
28694077364900001	Remuneração de Agentes financeiros pela Gestão de Haveres da União	Não Consta	Não Consta	0	0	0	2.839	2.839
	Total	0	0	2.289.272	3.222.136	1.704.054	1.784.634	9.000.096

Fonte: MF/STN

* Valores Corrigidos pelo IGP-DI

Arquivo: Políticas Agrícolas 2000-2005.xls

Os gastos governamentais em comercialização estão relacionados essencialmente a formação de estoques reguladores e estratégicos e a intervenção regulatória no mercado, de modo a estabelecer o equilíbrio de renda da agricultura e dos preços dos produtos agrícolas aos consumidores. Essa atuação do governo se dá dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos, cujos instrumentos mais tradicionais são as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Empréstimos do Governo Federal (EGF). Um detalhamento do significado de cada uma dessas contas pode ser encontrado no Relatório de Atividades da STN (2005).

O primeiro destes instrumentos, referente às Aquisições do Governo federal - AGF, mantém sua atuação no tempo, enquanto que o outro, os Empréstimos do governo Federal, tem perdido espaço para outros mecanismos de condução da política de preços mínimos. Os valores associados aos gastos do governo com esses dois mecanismos podem ser observados na Tabela 7, onde se verifica haver uma notória superioridade de dispêndios públicos em Aquisições em relação ao mecanismo de Empréstimos do Governo Federal. As operações de Aquisição de produtos são realizadas através da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, que é a agência responsável pela gestão da Política de Garantia de Preços Mínimos.

Na Tabela 7, pode-se observar que os dispêndios em 2005, com a Formação de Estoques Públicos - AGF, foram os maiores ao longo dos anos analisados. Isso se deveu ao volume de aquisições de Arroz, Milho e Trigo realizadas em 2005, com o duplo objetivo de formação de estoques públicos, e de busca de equilíbrio de preços recebidos pelos produtores. Ainda em relação aos estoques reguladores a Tabela 7, mostra outra expressiva ação que é o Financiamento e Equalização de Preços nas Aquisições e Formação de Estoques - AGF, cuja despesa no período de 2000 a 2005, foi de R\$ 4,19 bilhões. Nota-se, entretanto que nos últimos dois anos houve uma redução de dispêndios com esse mecanismo, embora tenha havido em 2005, um montante significativo de recursos transferidos à CONAB (STN, 2005). Nesta conta, estão incluídos os custos para atender duas finalidades básicas: formação de estoques reguladores e estratégicos pelo setor público e a garantia do recebimento do preço mínimo pelo produtor rural.

Novos instrumentos criados pelo Governo Federal a partir de 1996, como o PEP-Prêmio para escoamento de Produto, o Prêmio de escoamento da Borracha, e o Sistema de Opções, têm seus dispêndios reunidos em Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização (STN, 2003, p. 18). Estes instrumentos atuam de forma complementar aos mecanismos tradicionais,

especialmente as Aquisições do Governo Federal. Como esses novos mecanismos funcionam combinando a participação de agentes privados e públicos na comercialização, tem havido uma redução considerável de custos com a condução da política de preços mínimos, como mostram os trabalhos da STN (1997), e outros estudos que tem avaliado os resultados dos novos e velhos instrumentos, como os trabalhos de Rezende (2000), Villa Verde (2001), Conceição (2003).

Devido a natureza regulatória dos gastos em comercialização, determinada pela sazonalidade dos produtos agropecuários, e pela variação de estoques, existe como consequência, maior variabilidade dos gastos com comercialização. Isso pode ser observado na Tabela 7. Os anos de 2000, 2001 e 2003, se destacam como os de maior intervenção governamental, expressa em gastos com a política de preços mínimos. Nesses anos houve, em geral, elevados volumes de aquisições ou de financiamentos e equalizações de preços. Isso pode ser observado nas Tabelas 7 e 8. Nos últimos três anos, como foi mencionado acima, destaca-se o ano de 2005 onde o governo fez grandes aquisições, especialmente de milho e trigo, com o objetivo de evitar quedas mais drásticas nos preços desses produtos.

Na parte inferior da Tabela 7, são apresentados os gastos públicos nos últimos seis anos com a política de crédito rural. Essa tabela representa a parte dos gastos com crédito rural referentes a financiamentos e equalizações que são contabilizados na função agricultura. Há, ainda gastos do governo com as renegociações, que por serem contabilizados em outra função, merecerão uma análise separada feita logo em seguida. As operações de crédito rural referentes a agricultura familiar e a outros programas, são dentro da Secretaria do Tesouro Nacional, acompanhadas e registradas no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito. Conceitua-se como Operações Oficiais de Crédito, aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica o fato de adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado, envolvendo subvenção econômica direta ou indireta (STN, 2005).

Até 1987 esses financiamentos eram conduzidos pelo Banco do Brasil e pelo Banco Central. A partir de 1988, passaram a ser administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por força dos Decretos Nº. 94 442 e Nº. 94 444 de 12 de junho de 1987 (Ver STN, 1995).

Tabela 8 – Aquisições do Governo Federal - AGF

Brasil	P G P M								Mil quilogramas
	ALGODÃO	ARROZ	FARINHA	FEIJÃO	MILHO	SOJA	TRIGO	OUTROS	TOTAL
1985	1.002.618	1.502.175	27.726	578.975	3.214.196	2.141.578	-	211.697	8.678.965
1986	35.983	1.747.081	232.136	77.199	4.281.749	1.154.396	-	70.681	7.599.224
1987	11.895	2.956.429	67.412	56.776	8.027.138	850.754	39	114.630	12.085.072
1988	22.857	2.197.108	-	132.975	1.627.754	5	-	52.062	4.032.761
1989	1.806	829.143	12.027	57	996.122	1.550	-	26.397	1.867.102
1990	-	85.415	124.762	5.298	448.935	-	-	75.846	740.256
1991	-	898	30.440	12.554	736	-	411	27.617	72.656
1992	10.509	81.615	-	180.765	368.528	-	28	28.197	669.641
1993	5.525	199.236	377	211.699	376.317	-	562.061	6.295	1.361.508
1994	1.510	1.262.451	5.034	4.446	1.772.052	-	1.240.665	3.019	4.289.177
1995	4.190	1.414.448	105.547	94.577	1.013.088	786	198.299	12.964	2.843.899
1996	676	363.858	40.368	37.097	555.459	4	21.411	20.339	1.039.212
1997	103	136.484	34.621	75.915	3.318.300	768	1.171.126	2.422	4.739.739
1998	70.046	161.271	2.026	1.547	1.105.450	2.619	61.520	4.046	1.408.525
1999	469	424.782	-	28.349	173.105	1.198	-	1.459	629.361
2000	263	630.577	-	93.180	618	-	-	3.037	727.676
2001	47.199	268.565	-	-	1.631.808	-	-	75.115	2.022.687
2002	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2004	-	-	-	11.536	99.620	-	182.563	-	293.719
2005	-	566.772	-	11.536	637.114	-	481.402	-	1.696.824
2006	-	435	654	12	13	-	45	3.643	5.481

Fonte: Sistema de Produção CONAB - CONAB/DIGES/SUOPE/GECOE/EAPER

Arquivo: aquisições 1985 a 2006.xls

Como se sabe, nos últimos anos mudou substancialmente a forma de atuação do governo na política de crédito rural. Até 1994, consideráveis volumes de recursos oficiais foram alocados para o financiamento direto de operações de custeio agropecuário. No entanto, a partir de 1995, sua participação tem se restringido a utilização de outras fontes de recursos como a Poupança Rural, Exigibilidades, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante o mecanismo de equalização de encargos financeiros (equalização de taxas) de que trata a Lei Nº. 8 427 de 27 de maio de 1992. Equalização de taxas é uma subvenção econômica cuja finalidade é cobrir a diferença entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa paga pelo tomador final do crédito (STN, 2005).

O volume de recursos dispendidos pelo governo em crédito rural nas ações indicadas na Tabela 7, no período de 2000 a 2005, totalizou R\$ 15,90 bilhões de reais, a preços de 2005. Como se nota, R\$ 10,08 bilhões desse montante correspondem a dispêndios com o PRONAF (Decreto nº. 1946 de 28/01/1996), e se destinaram a concessão de empréstimos e equalização de taxas de juros. Nos últimos três anos, predominaram as despesas com a Concessão de Empréstimos em relação às despesas com Equalizações, embora tenha havido entre 2003 e 2005, um aumento das despesas com equalizações. Mas, na média dos últimos três anos, a despesa do governo com a Concessão de Empréstimos, foi o dobro da realizada com Equalização de taxas de juros.

Tabela 9 – Crédito Rural - Operações de Custeio, Investimento e Comercialização – Sistema RECOR**

	Total Brasil em R\$ mil			
	BB	DEMAIS	TODOS	Valores Reais (*)
1999	5.685.584	6.311.477	11.997.061	24.295.680
2000	6.329.058	8.381.256	14.710.314	26.184.342
2001	8.314.256	9.360.459	17.674.715	28.507.315
2002	11.633.559	10.528.561	21.162.120	30.071.161
2003	16.919.686	14.015.580	30.935.266	35.797.741
2004	20.637.126	18.927.792	39.564.918	41.849.212
2005	21.990.152	19.018.092	41.008.244	41.008.244

Fonte: Banco Central do Brasil/DECAD/DINFO

* Valores Deflacionados pelo IGP- DI

Arquivo: Cópia de CREDITO Rural 1999a2005~1.XLS

Além das despesas com o PRONAF, outras merecem ser destacadas na Tabela 7. Uma delas é a tendência decrescente dos dispêndios com Financiamento e Equalização dos Juros nas Operações de Custeio Agropecuário. A finalidade desta ação é prestar apoio financeiro ao produtor rural de modo a assegurar os recursos necessários para atender as despesas de custeio agrícola e pecuário. Atualmente, atende exclusivamente despesas correntes com equalização de taxas, mas originalmente concedia, também, aporte de recursos para o financiamento do custeio agropecuário (Ver STN, 2004).

A redução dos recursos com equalização pode ser um fator que está levando a uma redução do volume de recurso desembolsados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural a produtores e Cooperativas. Entre 1999 e 2003, o volume de recursos do crédito rural cresceu significativamente em valores reais, como se observa na Tabela 9. Mas nos anos de 2004 e 2005, os recursos do crédito rural ficaram quase estagnados. Isso pode ser um efeito da redução

de recursos para equalização, pois este mecanismo atua como mobilizador de recursos financeiros do sistema bancário para o crédito rural.

Outras despesas que têm se elevado de maneira considerável no período analisado, são as referentes aos financiamentos e Equalizações de taxas de juros nas Operações de Investimento Rural e Agroindustrial. Tratam-se de despesas referentes ao pagamento de equalização de taxas de juros e outros encargos em operações de investimentos realizados com recursos equalizáveis no âmbito da agricultura empresarial. Encontram-se registradas nessa despesa, os programas operacionalizados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social, e o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, operado pelo Banco do Brasil (Ver STN, 2005). Nesta ação, os dispêndios aumentaram mais de sete vezes entre 2000 e 2005. Isto se deve essencialmente, à criação do MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, e o apoio a outros programas de investimento relacionados ao Leite, Conservação de Recursos Naturais, Florestas, Cooperativismo, Fruticultura e Agronegócio.

Outro destaque da Tabela 7, refere-se a Equalização de Juros Decorrentes do Alongamento de Dívidas do Crédito Rural – PESA (Lei Nº. 9 866 / 99). Consiste no alongamento de dívidas originárias do crédito rural para as dívidas superiores a R\$ 200 mil por mutuário. O programa destina-se ao ressarcimento as instituições financeiras que concederam desconto de até dois pontos percentuais na taxa de juros aos produtores rurais que tiveram dívidas alongadas com base na Resolução Nº. 2.471, de 26/02/98 (Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA), desde que as parcelas de juros tenham sido pagas até os seus vencimentos (Ver, STN, 2001). A despesa com o PESA tem aumentado na maior parte do período analisado, tendo atingido o valor de R\$ 300,87 milhões em 2005, e um total de R\$ 731,23 milhões de 2000 a 2005.

O programa de Revitalização de Cooperativas - RECOOP, apesar de ter sido bastante expressivo quanto as despesas públicas realizadas em 2000, apresentou valores menores em 2005, embora ainda bastante elevados. Esse programa foi lançado pelo governo federal em 1998, e atualmente é regido pela Medida Provisória n. 2168-40, de 24/08/2001. Sua finalidade é reestruturar e capitalizar cooperativas de produção agropecuária. Há outro programa referenciado na Tabela 7, o PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agrícola, que por ser um programa de seguro, contrariamente ao que se esperava, apresentou despesas quase

iguais a zero em 2004 e 2005, apesar desses anos terem sido de grandes perdas de safra por problemas climáticos ocorridos especialmente na região Sul do país.

As despesas conjuntas de Comercialização e de Crédito Rural totalizaram R\$ 26,67 bilhões entre 2000 e 2005, sendo que deste total, R\$ 10,77 bilhões se referem a Comercialização e R\$ 15,90 bilhões ao Crédito Rural.

Embora não façam parte dos gastos na função Agricultura, por serem suas despesas lançadas em outra função, chamada Encargos Especiais (28), apresentam-se os dispêndios para o Tesouro Nacional decorrentes de vários Programas e Fundos, e que constituem a Dívida Agrícola. São incluídas nas despesas referentes a essa parte, os seguintes programas e fundos:

1. Securitização – Lei 9 138 de 29/11/1995
2. Pesa - Programa Especial de Saneamento de Ativos, Resolução CMN n. 2 471 de 26/02/1998
3. Funcafé - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, Decreto Lei n. 2 295 de 21/11/1986
4. FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, Lei n. 7827 / 1989
5. Recoop - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária, MP n. 2 168-40 de 24/08/2001
6. Prodecer III - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados – fase III, Resolução CMN 2 117 de 19/10/1994 e Lei n. 9 126 de 10/09/1995
7. Procera - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária, Voto CMN n. 46/85 aprovado em 31/06/1986
8. Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, resolução CMN n. 2 191 de 24/08/1995 e Decreto n. 1 946 de 28/06/1996
9. Cacau – Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, E. M. Interministerial n. 1444, de 12/04/1995, dos Ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento. Ver, também, Resolução CMN n. 2 165 de 19/06/1995 e Lei n. 9126 de 1995, art.16.
10. FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
11. FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

As despesas apresentadas na Tabela 7, referentes à renegociação de Dívidas dos Agricultores, envolvem os gastos do Tesouro Nacional com esses 11 programas e fundos. Os custos para a União decorrem dos encargos assumidos no ato de uma renegociação, nas prorrogações dos prazos e pelas mudanças realizadas nos encargos assumidos pela União ao longo dos contratos.

Na relação de programas e fundos, os maiores custos para o governo federal são decorrentes da Securitização (Lei 9 138 de 29/11/1995). Os gastos adicionais nesse caso, foram decorrentes da Renegociação das Dívidas, do Bônus de Adimplência, instituído pela Lei n. 9.866/1999), e do Alongamento das Dívidas (Lei n. 10 437/2002). Entretanto, não se tem neste trabalho quanto se refere especificamente à despesa com a Securitização. Uma parte do gasto com a Securitização está registrada na Função Agricultura e se refere ao Bônus de Adimplência, que registrou um valor de R\$ 42,48 milhões em 2005, como se observa na Tabela 7, onde a ação é Equalização de Juros e Bônus de Adimplência. Entretanto o valor mais expressivo está computado com o restante dos programas e fundos. Na Tabela 7, o ano de 2003, é o que registra o maior gasto do governo federal com as renegociações, atingindo o valor de R\$ 3,22 bilhões. Em 2005, o gasto cai para R\$ 1,78 bilhão. Nos quatro anos para os quais se têm informações sobre as Renegociações, as Despesas da União, somam R\$ 9,0 bilhões

As informações da Tabela 7, podem ser tomadas como indicadores da subvenção econômica à Agricultura, pois registram as ações onde o Governo Federal atua nas políticas de Preços Mínimos e de crédito Rural, realizando equalizações de preços e de taxas de juros. Com exceção do primeiro item de despesas da Tabela 7, Formação de Estoques Públicos, pois nesta operação não está caracterizada uma subvenção econômica, todas as demais ações relacionadas, podem ser tomadas como partes da subvenção econômica à agricultura. As mudanças e aperfeiçoamentos na legislação das contas públicas realizadas nos últimos anos (Saito, 2003), permitiram maior transparência dos gastos o que torna menos problemática a separação das subvenções econômicas das demais despesas.

Calculando a partir da Tabela 7 as Subvenções Econômicas concedidas através da Comercialização, Crédito Rural e Renegociações, obtém-se para 2005, uma estimativa de R\$ 5,14 bilhões. Tomando-se os três últimos anos, o ano de 2003 aparece como sendo o que apresentou a maior despesa com Subvenções Econômicas, R\$ 7,29 bilhões. Como se pode observar na Tabela 7, os gastos com Crédito Rural e Renegociações representam a parte mais expressiva das subvenções concedidas

A OECD (2005, p.152) apresentou em seu relatório sobre o Brasil as estimativas de subvenção aos produtores rurais. A tendência das estimativas é a mesma da obtida neste trabalho. Os números também são parecidos:

Subvenções em Milhões de Reais
Preços de 2005

Anos	OECD	Neste Trabalho
2002	6.088,94	5.819,20
2003	8.115,32	7.286,46
2004	6.295,64	5.834,45
2005	—	5.143,99

Fonte: OECD, 2005 e Tabela 7

5.2. Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento

Nesta parte procura-se apresentar e realizar comparações dos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento, já que esta atividade é decisiva para o crescimento econômico em qualquer país. Para esta discussão serão apresentados os gastos da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, pois esta é a principal instituição de pesquisa agropecuária do país. Mas, além da EMBRAPA, há outras importantes instituições estaduais de pesquisa no país, além das pesquisas feitas nas universidades (Ver Alston, 2001). Como uma parte dos recursos da EMBRAPA para a pesquisa é proveniente das captações externas e de convênios, os recursos dispendidos em P&D são maiores que os informados pelo Balanço Geral da União, pois este apenas registra as informações de despesa que tem o Tesouro como fonte de recursos. Mas esta seção apresentará adiante os montantes de dispêndios da União para que comparações entre fontes possam ser realizadas.

A Tabela 10, mostra desde o ano de fundação da EMBRAPA, os recursos dispendidos com pessoal e outros custeios, que compõem as despesas correntes, e as despesas de capital. Devido as características de uma instituição de pesquisa, onde seu principal patrimônio são os recursos humanos, percebe-se que os gastos com pessoal são predominantes no total de dispêndios realizados ao longo do tempo. Em 2005, os dispêndios com pessoal representaram 70,0% do total, outros custeios 21,5% e o restante dos dispêndios em capital.

A importância da pesquisa para o desenvolvimento da agropecuária é um fato comprovado por trabalhos de pesquisa, além dos retornos que a pesquisa proporciona (Ver Crestana, 2006). Com relação aos efeitos da pesquisa, o trabalho de Bonelli (2002) mostra que o desenvolvimento obtido por vários municípios brasileiros, alguns situados em novas áreas de

expansão agropecuária, foi resultado das pesquisas com novas cultivares e novos produtos da criação pecuária. Barros e Rizzieri (2001) mostram os benefícios proporcionados pela pesquisa a medida em que durante um longo período, os preços reais de alimentos foram decrescentes, beneficiando os consumidores. O trabalho de Gasques, Bacchi e Bastos (2004) mostrou, também os benefícios da pesquisa ao constatar que a elevação de 1,0% dos gastos em pesquisa tem impacto imediato da ordem de 0,17% na Produtividade Total dos Fatores - PTF.

Os gastos da Embrapa em P&D apresentados na Tabela 10, mostram-se decrescentes em valores reais nos últimos treze anos.

Tabela 10 – Pesquisa da Embrapa - Recursos aplicados por rubrica de despesa - 1974 a 2005 em Reais de 2005*

Anos	Pessoal	O. Custeios	Capital	Total
1974	-	108.712	-	108.712
1975	106.846	160.594	-	267.440
1976	244.071	198.445	32.857	475.373
1977	343.995	203.947	41.157	589.099
1978	434.036	174.386	66.049	674.471
1979	513.908	342.401	95.684	951.992
1980	516.820	231.772	194.674	943.266
1981	488.112	308.466	156.264	952.841
1982	620.969	353.098	287.663	1.261.730
1983	539.542	243.695	108.571	891.808
1984	403.123	333.099	82.817	819.038
1985	569.306	351.430	97.887	1.018.623
1986	546.191	371.402	114.104	1.031.697
1987	634.374	259.561	194.895	1.088.830
1988	509.693	257.478	182.181	949.352
1989	717.134	148.090	67.847	933.071
1990	808.064	213.343	37.100	1.058.507
1991	913.473	296.246	30.202	1.239.921
1992	752.549	138.595	33.435	924.580
1993	828.353	176.388	74.052	1.078.793
1994	707.335	219.613	98.979	1.025.927
1995	746.142	215.134	186.135	1.147.410
1996	1.030.130	252.734	149.642	1.432.507
1997	839.817	312.223	106.232	1.258.272
1998	829.704	327.312	57.128	1.214.144
1999	756.986	307.840	57.521	1.122.348
2000	753.497	260.931	69.416	1.083.844
2001	724.347	276.085	86.686	1.087.118
2002	698.993	213.731	86.082	998.806
2003	653.328	170.367	79.015	902.711
2004	684.536	199.580	85.997	970.114
2005	669.789	205.685	80.080	955.554

Fonte: Embrapa/DAF.

* Valores corrigidos pela média anual do IGP-DI da FGV. (março/2006)

Colaboração: Embrapa/SEA.

Arquivo: RESOC embrapa_global1.xls

No período 2003 a 2005 apresentaram uma tendência de elevação, passando de R\$ 902,7 milhões para R\$ 955,6 milhões. Um acréscimo real de 5,9%. Mas esses três últimos anos comparados à média de 1999 a 2001, mostra uma queda no volume de dispêndios da EMBRAPA de 14,0%. Os gastos com pessoal foram reduzidos de 7,8% e o de Outras Despesas Correntes, de 23,3%. Quando se tomam, separadamente, os gastos que tem como fonte o Tesouro Nacional, também, têm havido cortes dos recursos alocados pela União no Orçamento da EMBRAPA, como pode ser visto abaixo:

Tabela 11 – Brasil - Gasto Públicos em P&D

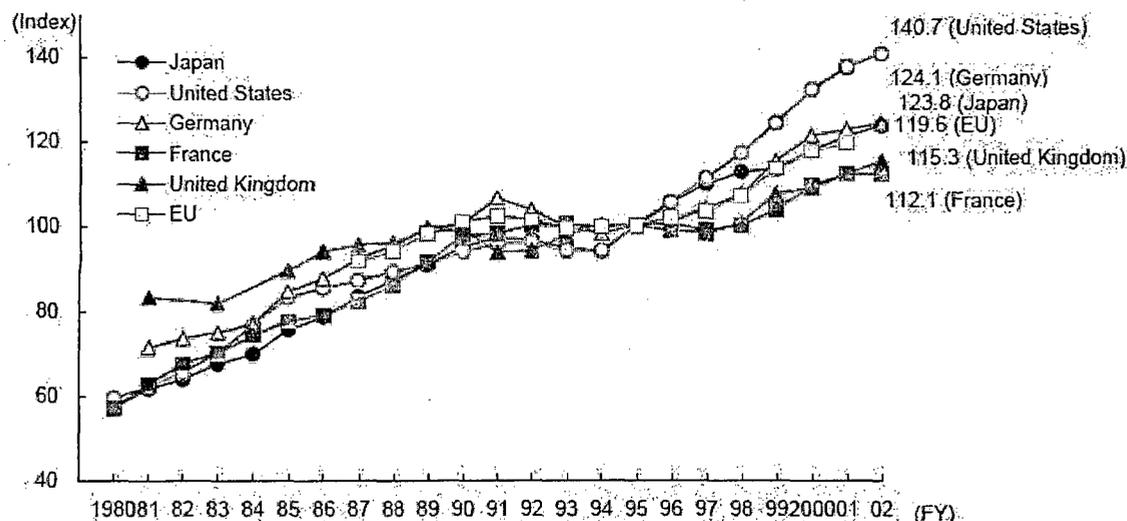
em mil Reais de 2005 (*)		
	Fonte Embrapa	Fonte Tesouro
2000	1.083.843	1.024.983,14
2001	1.087.118	1.008.501,54
2002	998.806	904.605,19
2003	902.710	815.236,96
2004	970.113	846.454,36
2005	955.553	893.148,60

Fonte: EMBRAPA e MF/STN
 (*) Deflacionado pelo IGP-DI
 Arquivo : Book1.xls

Segundo a FAPESP- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, localizam-se no Estado de São Paulo, instituições públicas de P&D bastante conhecidas pelo alcance e pela qualidade de sua produção. Essas instituições, em parceria com a EMBRAPA, vêm ao longo de sua história, realizando pesquisas cujos resultados tem sido da maior importância para a sociedade brasileira. Em 1998, os organismos federais responderam por cerca de 74,0% dos recursos investidos por essas instituições no Estado. Nos anos seguintes essa participação vem declinando, até atingir 69,0% em 2002. Considerando os dispêndios das instituições típicas de P&D estaduais e federais no Estado de São Paulo, nota-se que houve uma redução dos dispêndios a partir de 2000 (FAPESP, 2005).

Enquanto no Brasil tem havido reduções dos dispêndios com P&D, os países para os quais se teve acesso as informações, têm aumentado os dispêndios em pesquisa como proporção do PIB- Produto Interno Bruto. No Brasil, a relação entre gastos em P&D, e PIB é de 1,0%. Numa relação de países pesquisados essa proporção está em geral acima de 2,0% (Ver Figuras).

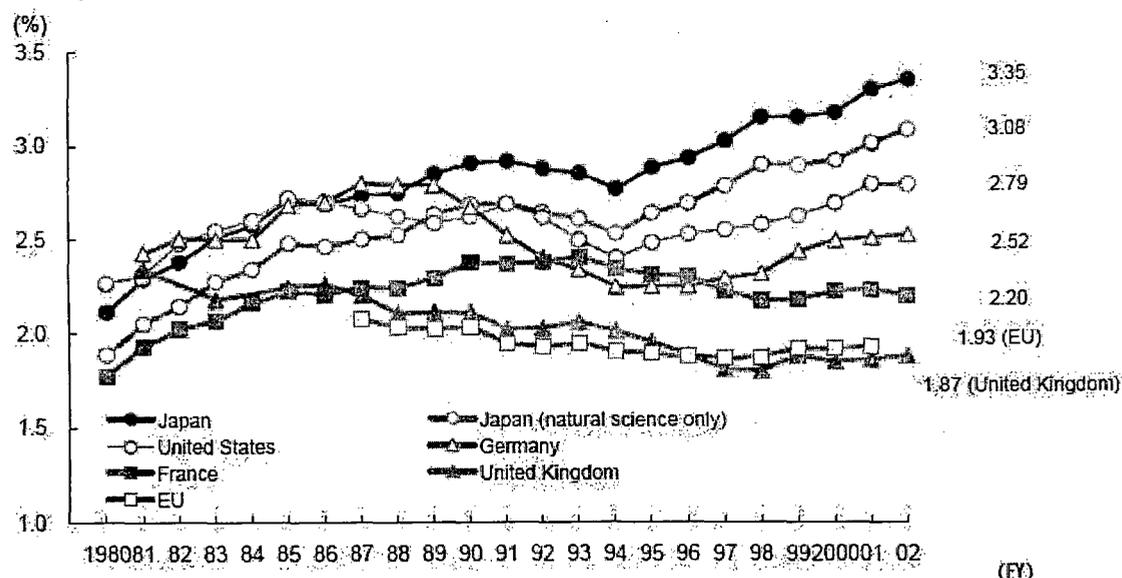
Growth of R&D expenditures (in real terms) in selected countries, with FY1995 as 100



- Notes: 1. For comparison, statistics for all countries include research in social sciences and humanities.
- 2. Japan added industries as new survey targets in FY1996 and FY2001.
- 3. U.S. figures are for calendar years, and figure for 2001 is provisional.
- 4. French figure for FY2002 is provisional.
- 5. EU figures are Eurostat estimates.

Source: Japan - Statistics Bureau. "Report on the Survey of Research and Development" United States - National Science Foundation. "National Patterns of R&D Resources" Germany - Federal Ministry of Education and Research. "Bundesbericht Forschung" France - "Project de Loi de Finance: Rapport annexe sur l' Etat de la Recherche et du Developpement Technologique" United Kingdom - Office for National Statistics. "Gross Domestic Expenditure on Research and Development" Data before 1983 - OECD. "Main Science and Technology Indicators" EU - Eurostat. "Research and development : annual statistics," "Statistics on S&T 2003 edition" OECD. "Main Science and Technology Indicators" in: R&D Expenditures

R&D expenditures as a percentage of GDP in selected countries



- Notes: 1. For comparison, statistics for all countries include research in social sciences and humanities. The figures for Japan show also the amount for natural sciences only.
- 2. Japan added industries as new survey targets in FY1996 and FY2001.
- 3. U.S. figures are for calendar years, and figure for 2001 is provisional.
- 4. French figure for FY2002 is provisional.
- 5. EU figures are Eurostat estimates.

Source: Japan - Statistics Bureau. "Report on the Survey of Research and Development" United States - National Science Foundation. "National Patterns of R&D Resources" Germany - Federal Ministry of Education and Research. "Bundesbericht Forschung" France - "Project de Loi de Finance: Rapport annexe sur l' Etat de la Recherche et du Developpement Technologique" United Kingdom - Office for National Statistics. "Gross Domestic Expenditure on Research and Development"

Data before 1983 - OECD. "Main Science and Technology Indicators" EU - Eurostat. "Research and development : annual statistics," "Statistics on S&T 2003 edition" OECD. "Main Science and Technology Indicators" in: R&D Expenditures

Como foi mostrado anteriormente, há uma relação direta entre desenvolvimento e pesquisa e também entre pesquisa e produtividade. Isso significa que os problemas que se poderá ter a médio e longo prazo são enormes, e a atividade de pesquisa jamais poderá ser colocada no plano de prioridade que tem sido colocada no Brasil.

6. Resultados e Conclusões

Este trabalho fez uma retrospectiva dos gastos públicos em agricultura e organização agrária e procurou indicar prioridades nessas duas áreas de atuação, tomando-se como período de análise 1980 a 2005.

Nos últimos três anos, a proporção dos gastos federais em agricultura e organização agrária em relação ao Gasto da União se elevou de 1,57 % para 1,99 %. Em valores absolutos os dispêndios nessas duas funções passaram de R\$ 9.777 milhões em 2003 para R\$ 12.065 milhões em 2005. As informações consolidadas, mostram que a União responde por 75% das despesas em agricultura e organização agrária, os Estados por 19,0 % e os Municípios por 6,0 %.

A classificação das despesas por categoria econômica mostra que em 2005, as despesas correntes representavam 55, 0% das despesas totais em agricultura e 24,4% em organização agrária. A análise das informações sobre despesas correntes e de capital permite concluir que os gastos em organização agrária têm se voltado mais para garantir o crescimento a longo prazo, enquanto na função agricultura os gastos públicos se voltam principalmente para assegurar o crescimento a curto prazo.

Mudanças importantes ocorreram na forma de financiar o gasto público. Enquanto em 1999, 26,6% dos recursos para financiar a agricultura eram originários do lançamento de Títulos de Responsabilidade do tesouro Nacional, cuja remuneração era a do mercado, em 2005 essa fonte nem sequer foi utilizada, levando, desse modo, a uma expressiva economia de recursos.

O Ministério da Agricultura tem assumido importância crescente em termos de recursos nos anos de 2003 a 2005. Mas os gastos na função agricultura tem permanecido relativamente

estagnados no período 2000 a 2005, enquanto os gastos em organização agrária aumentaram quase duas vezes em valores reais entre esses anos.

Dos instrumentos tradicionais da Política de Garantia de Preços Mínimos, as Aquisições do Governo federal – AGF, mantém sua importância no tempo, enquanto os Empréstimos do Governo Federal - EGF têm perdido espaço para outros mecanismos de condução da Política de Garantia de Preços Mínimos. Novos instrumentos criados pelo Governo Federal a partir de 1996, atuam de forma complementar a esses mecanismos, e tem havido redução considerável de custos com a condução da política de preços mínimos. No período recente, os anos de 2000 a 2003, se destacam como os de maior intervenção governamental, expressa em termos de gastos com a política de preços mínimos. Nesses anos houve elevados volumes de aquisições ou de financiamentos e equalizações de preços. Destaca-se entre esses anos, o de 2005, onde o governo fez grandes aquisições, especialmente de milho e trigo, com o objetivo de evitar quedas mais drásticas nos preços desses produtos.

Há grande concentração dos gastos públicos em poucas subfunções e em reduzido número de programas. Em 2005, quatro programas concentraram 88,0% dos dispêndios em agricultura e 90,0% em organização agrária. Observa-se um conjunto expressivo de programas cujos montantes de recursos são inexpressivos, como aqueles relacionados a produtividade, sustentabilidade, treinamento, pesquisa e outros.

A orientação do gasto público para um conjunto bem definido de programas como vem ocorrendo, tem seu lado positivo no sentido de evitar flutuações nos gastos, e deste modo garantir continuidade dos recursos ao longo do tempo. Outro ponto importante, se refere a que a política pública definiu uma prioridade para o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que tem público definido e toda sua regulamentação e critérios de ingresso. O problema maior que se percebe ao examinar o conteúdo de cada programa, e também o conjunto majoritário de programas não prioritários segundo o direcionamento do gasto, é que em ambas as funções, agricultura e organização agrária os recursos estão essencialmente direcionados para o curto prazo.

O volume de recursos dispendidos pelo governo em crédito rural no período de 2000 a 2005, totalizou R\$ 15,0 bilhões. Desse montante, R\$ 10,08 bilhões correspondem a dispêndios com o Pronaf e se destinaram a concessão de empréstimos e à equalização de taxas de juros.

Tem havido um decréscimo dos dispêndios com Financiamento e Equalização das taxas de juros nas Operações de Custeio Agropecuário. Essa redução de recursos pode ser um fator que está levando a redução do volume de recursos desembolsados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural a produtores e Cooperativas.

Estimativas ainda preliminares sobre os gastos da União com renegociações de dívidas dos agricultores mostram valores elevados em relação a compromissos assumidos. Os custos para a União decorrem dos encargos assumidos no ato de uma renegociação, nas prorrogações dos prazos e pelas mudanças realizadas nos encargos assumidos pela União ao longo dos contratos. Nos quatro anos para os quais se registram informações sobre as renegociações, as despesas da União, somam R\$ 9,0 bilhões.

Cálculos das Subvenções Econômicas concedidas através da Comercialização, Crédito Rural e Renegociações, indicam uma estimativa de R\$ 5,14 bilhões em 2005. Tomando-se os anos de 2003 a 2005, o ano de 2003 aparece como sendo o que apresentou a maior despesa com Subvenções econômicas, R\$ 7,29 bilhões. Os gastos com Crédito Rural e Renegociações de dívidas representam a parte mais expressiva das subvenções concedidas.

Enquanto no Brasil tem havido reduções dos dispêndios com P&D, os países para os quais se teve acesso às informações, têm aumentado os dispêndios em pesquisa como proporção do PIB. Os anos de 2003 a 2005, mostram uma queda real da ordem de 14,0% dos recursos da Embrapa. Os gastos com pessoal foram reduzidos em 7,8 % e o de Outras despesas Correntes, de 23,3%.

7. Referência Bibliográfica

ALSTON, J. M. et alii. The Value of Embrapa Varietal Improvement Research. A report prepared for Embrapa by The International Food Policy Research Institute (IFPRI), in collaboration with the University of California, Davis, may 2001.

BARROS, J.R.M. e RIZZIERI, J. Efeitos da Pesquisa Agrícola sobre o Consumidor, Embrapa, maio de 2001.

BONELLI, R. Impactos Econômicos e Sociais de Longo Prazo da Expansão da Agropecuária no Brasil: revolução invisível e inclusão social. In EMBRAPA, Anais Seminário sobre os Impactos da Mudança Tecnológica do setor Agropecuário na Economia Brasileira. Brasília, documentos, n.5, 2002.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Política de Preços Mínimos na Década de 1990 e a Questão do Abastecimento . Anais do XVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Juiz de Fora, 27 a 30 de Julho de 2003..

CRESTANA, S. Agricultura com Tecnologia. *Agroanalysis*, v. 26, n. 4, Abril de 2006.

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento, Indicadores Agropecuários, 2006, acesso dia 12/05/2006.

FAO – estudio regional “ Gasto Público para el Desarrollo Agrícola y Rural : Tendências y Desafios em América Latina. www.rlc.fao.org Acesso em 17/10/2002.

FAO – Base de datos sobre Gasto Publico em los Campos Latinoamericanos. www.rlc.fao.org Acesso em 22/03/2005

FAO- Conferencia Electronica Gasto Publico Rural, Febrero, 2006.www.fao.org. Acesso em Fevereiro de 2006.

FAPESP- Indicadores Fapesp . Indicadores de Ciência e Tecnologia e Inovação em São Paulo, 2004. Fapesp, São Paulo, 2005, 35p.

GASQUES, J.G. Gastos Públicos na Agricultura. In: Gasques, J.G. e Conceição, J.C.P.R. (Org.) Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. IPEA, Brasília, 2001,p.157 a 190

GASQUES, J. G. e VILLA VERDE, C. M. Gastos Públicos na Agricultura, Evolução e Mudanças. Ipea, Brasília, Texto para Discussão n. 948, 2003, 31 p.

GASQUES, J. G. Gastos Públicos para o Desenvolvimento Agrícola e de Áreas Rurais, FAO, Chile, julho de 2001, 80 p.

GASQUES, J.G. Gasto Público para o Desenvolvimento Agrícola e Rural. O Caso do Brasil, Informe Final, FAO, Santiago, Chile, 2004. 78 p.

GASQUES, J.G.; BASTOS, E.T.; BACCHI, M. P. R.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. Condicionantes da Produtividade da Agropecuária Brasileira. Ipea, Texto para Discussão, n.1017, Brasília, abril de 2004, 29p.

GORDILLO DE ANDA, G. Um Novo Contrato de Cidadania. In: Takagi, M.; Graziano da Silva, J.; Belik, W. (Org.) Combate à Fome e à Pobreza Rural. Instituto de Cidadania, 2002, p.15-31.

OECD – Organisation for Economic Co-Operation and Development. OECD Review of Agricultural Policies- Brazil. Paris, 2005, 226 p.

REZENDE, G. C. Política de Preços Mínimos na Década de 90: dos velhos aos novos instrumentos. Texto para Discussão nº 740, IPEA. Rio de Janeiro, julho de 2000.

SAITO, H.T. A Transparência das Contas Públicas após a Promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101, de 04/05/2000) Monografia apresentada no Curso de M B A em Planejamento , Orçamento e Gestão Pública, como requisito para obtenção do grau de Pós-Graduação, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2003, 96 p.

SOF - Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento-MTO-02. Proposta Orçamentária da União – Instruções para a elaboração dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social, 2002. Brasília, 2001, 252p.

SOF - Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento-MTO-02. MTO-02, Brasília, 2005, p. 17 a 19.

STATISTICS - Research and Development . International Compararisionof R & D Expenditures. www.japan.org Acesso em 15/05/2006

STN - Secretaria do tesouro Nacional. Relatório de Atividades, Brasília 1995.

STN - Secretaria do tesouro Nacional. Relatório de Atividades, Brasília 1997

STN - Secretaria do tesouro Nacional. Relatório de Atividades, Brasília 2001.

STN - Secretaria do tesouro Nacional. Relatório de Atividades, Brasília 2005.

VILLA VERDE, C.M. Modificações Recentes na Política de Garantia de Preços Mínimos. In. Gasques, J. G. e Conceição, J. C.P.R. Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. IPEA, Brasília, 2001, 316 a 336

1. Anexo 1 - Clasificación Funcional del Gasto en el Sector Agrícola y Areas Rurales

Clasificación Funcional del Gasto en el Sector Agrícola y Areas Rurales 2000-2005

AREA FUNCIONAL	milhões de Reais de 2005					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Fomento Productivo Rural						
<i>I.- Fomento Productivo Agrícola en General ; Programas de carácter general o de cultivo pero, dirigidos a los productores del país en general (PROCAMPO, Alianza para el Campo, etc.)</i>	5.383	5.173	4.831	4.971	6.260	6.170
1.- Comercialización interna y externa (Estímulos, promoción y desarrollo de mercados)	3.153	3.583	3.169	3.443	5.723	4.372
1.1Cooperação Internacional(20 212)	10	15	25	26	1	32
1.2 Comércio Exterior (20 693)	4	1	1	1	0	0
1.3 Cultura Expotadora (20 128 0416)	0	0	0	0	0	0
1.4 Outros Encargos Especiais (20 846)	3.139	3.567	3.143	3.417	4.987	3.257
1.5 Normalização e Qualidade (20 665)	0	0	0	0	1	1
1.6 Promoção Comercial (20 691)	0	0	0	0	4	4
1.7 Comercialização (20 692)	0	0	0	0	0	0
1.8 Promoção Comercial (21 691)	0	0	0	0	18	20
1.9 Outros Encargos Especiais (21 846)	0	0	0	0	711	1.058
2.- Infraestructura de Riego o Irrigación agrícola (desarrollo y mantenimiento; formas alternativas)	428	590	206	120	245	210
2.1 Irrigação (20 607)	428	590	206	120	245	210
3.- Investigación Cinético- Tecnológica y Extensión Técnica silvo agropecuaria	187	196	144	732	175	170
3.1 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia (20 572)	187	196	144	732	158	150
3.2 Desenvolvimento Científico (20 571)	0	0	0	0	2	2
3.3 Difusão do Conhecimento Cient. e Tecnológico(20 573)	0	0	0	0	15	16
4.- Conservación Recursos Naturales y de Medio Ambiente dirigidos a los productores (pago por servicios ambientales; saneamiento de agua de ríos para fines agrícolas, etc). OJO: distinguir en renglones lo destinado al pago de mantenimiento para áreas naturales protegidas y parques nacionales y 5-Fomento Florestal	2	2	4	2	1	0

AREA FUNCIONAL	2000	2001	2002	2003	2004	2005
4.1 Recuperação de Áreas Degradadas (20 543)	2	2	4	2	0	0
4.2 Águas do Brasil (20 572 0497)	0	0	0	0	0	0
AREA FUNCIONAL	2000	2001	2002	2003	2004	2005
4.3 Parques do Brasil (20 572 0499)	0	0	0	0	0	0
4.4 Florestar (20 572 0505)	0	0	0	0	0	0
4.5 Preservação e Conservação Ambiental (20 541)	0	0	0	0	1	0
6.- Patrimonio Fito y Zoo sanitario	1.574	773	1.271	647	114	1.417
6.1 Promoção da Produção Vegetal (20 601)	1.392	570	1.125	547	6	1.263
6.2 Promoção da Produção Animal (20 602)	22	33	31	15	18	14
6.3 Defesa Sanitária Vegetal (20 603)	21	29	33	22	15	15
6.4 Defesa Sanitária Animal (20 604)	138	141	78	62	62	92
6.5 Vigilância Sanitária (20 304)	0	0	5	1	0	0
6.6 Normalização e Fiscalização (21 125)	0	0	0	0	13	33
7.- Comunicaciones y Servicios de Información	39	29	37	27	2	1
7.1 Meteorologia (20 545)	39	29	37	27	2	1
<i>II.- Fomento Productivo Rural Focalizado; programas especiales en zonas o territoriales para beneficiarios seleccionados (proyecto desarrollo rural integral de Río Turbio, etc)</i>	3.412	3.395	2.798	2.216	2.882	3.706
1.Abastecimento (20 605)	1.399	1.351	737	1.020	563	1.152
2.Desenvolvimento dos Cerrados -Prodecer(20 601 0366)	0	0	0	0	0	0
3.Planejamento e Orçamento (20 121)	0	0	0	0	0	0
4.Administração Geral (20 122)	1.577	1.626	1.660	585	1.593	1.732
5.Normalização e Fiscalização (20 125)	8	5	5	4	31	28
6. Tecnologia da Informação (20 126)	3	4	4	0	9	33
7. Ordenamento Territorial (20 127)	1	1	0	0	7	5
8.Formação de Recursos Humanos (20 128)	5	3	3	3	22	16
9.Comunicação Social (20 131)	0	0	0	1	8	8
10. Administração Geral (21 122)	399	378	365	58	355	422
11. Tecnologia da Informação (21 126)	10	11	11	0	6	7
12. Formação de Recursos Humanos (21 128)	1	4	3	1	87	145
13.Comunicação Social (21 131)	8	12	9	0	2	8
14.Alcool (20 754)	0	0	0	545	0	0

AREA FUNCIONAL	2000	2001	2002	2003	2004	2005
15. Transferências (20 845)	0	0	0	0	42	18
16. Ordenamento Territorial (21 127)	0	0	0	0	23	125
17. Informação e Inteligência (21 183)	0	0	0	0	0	1
AREA FUNCIONAL	2000	2001	2002	2003	2004	2005
18. Transferências (21 845)	0	0	0	0	126	0
<i>III.- Programas de Desarrollo Rural Integral (específicos de zonas, regiones, entidades, etc.)</i>	<i>458</i>	<i>438</i>	<i>368</i>	<i>174</i>	<i>135</i>	<i>231</i>
1. Extensão Rural (20 606)	458	438	368	174	89	175
2. Extensão Rural (21 606)	0	0	0	0	46	57
<i>IV Fomento en el Subsector Pesca y Acuicultura</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
1. Desenvolvimento da Pesca (20 602 0370)	0	0	0	0	0	0
<i>V Fomento en Agroturismo Rural</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
Sub-Total Fomento Produtivo Rural (I+II+III+IV+V)	9.252	9.006	7.997	7.361	9.277	10.108
<i>VI Infraestructura Áreas Rurales</i>	<i>1.527</i>	<i>1.777</i>	<i>1.546</i>	<i>1.564</i>	<i>1.327</i>	<i>1.678</i>
1. Apoio ao Desenv. Do Setor Agropecuário (20 752 0806)	28	60	0	0	0	0
2. Reforma Agrária (21 631)	1.499	1.716	1.535	1.557	1.317	1.676
3. Colonização (21 632)	1	1	1	0	0	0
4. Energia Elétrica (20 752)	27,78271	60,39338	10	7	10	2
Subtotal Infraestrutura Rural	1.527	1.777	1.546	1.564	1.327	1.678
<i>VII Servicios Sociales (Inversión humana) en Áreas Rurales</i>	<i>233</i>	<i>223</i>	<i>253</i>	<i>274</i>	<i>261</i>	<i>279</i>
1. Ensino Profissional (20 363)	1	1	1	1	1	1
2. Educação Infantil (20 365)	6	5	4	3	3	9
3. Assistência aos Povos Indígenas (20 423)	0	0	0	0	0	0
4. Atenção Básica (20 301)	69	72	63	62	71	62
5. Alimentação e Nutrição (20 306)	51	52	56	47	55	58
6. Proteção e Benefícios ao Trabalhador (20 331)	9	9	10	10	11	12
7. Previdência Complementar (20 273)	66	56	77	68	58	67

AREA FUNCIONAL	2000	2001	2002	2003	2004	2005
8.Atenção Básica (21 301)	17	15	14	17	16	15
9.Alimentação e Nutrição (21 306)	9	8	8	7	9	11
10.Proteção e Benefícios ao Trabalhador (21 331)	3	3	4	3	4	6
11.Educação Infantil (21 365)	2	2	1	1	1	1
12.Assistência Comunitária (20 244)	0	0	0	42	0	3
AREA FUNCIONAL	2000	2001	2002	2003	2004	2005
13.Ensino Fundamental (21 361)	0	0	14	13	0	0
14.Assistência Comunitária (21 244)	0	0	0	0	2	0
15. Educação de Jovens e Adultos (21 366)	0	0	0	0	28	15
16. Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (21 422)	0	0	0	0	1	1
Subtotal Inversión Social Rural	233	223	253	274	261	279
Gasto Público Agrícola y de A.Rurales Total (fomento, infraestructura y de inversión rural)	11.013	11.006	9.796	9.199	10.865	12.066

FONTE: Ministério da Fazenda-Secretaria do Tesouro Nacional

2. Anexo 2 - Despesas Realizadas Por Função e Programa

Despesas Realizadas Por Função e Programa Ano: 2000

EXERCÍCIO 2000		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	DESPESA REALIZADA
20.122.0365	SEGURO RURAL	773.740,43
20.122.0394	PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.191.189,98
20.122.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	882.361.602,95
20.125.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	1.004.453,67
20.125.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	3.244.030,00
20.126.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	1.958.764,01
20.127.0512	ZONEAMENTO ECONÔMICO-ECOLÓGICO	781.903,94
20.128.0416	CULTURA EXPORTADORA	300.550,24
20.128.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.428.344,06
20.131.0752	GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	118.937,08
20.212.0681	GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	5.608.493,77
20.273.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	37.024.017,95
20.301.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	38.439.800,32
20.306.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	28.331.504,09
20.331.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	5.243.944,18
20.363.0362	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	427.189,81
20.365.0067	ATENÇÃO À CRIANÇA	3.195.569,31
20.423.0150	ETNO DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	132.000,00
20.543.0368	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	1.369.517,27
20.545.0462	CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA	21.711.694,77
20.572.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	15.715.057,99
20.572.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	12.758.568,25
20.572.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	6.462.367,17
20.572.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	6.084.657,11
20.572.0361	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	10.358.489,20
20.572.0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS	3.446.566,91
20.572.0364	AGRICULTURA DE PRECISÃO	5.592.770,77
20.572.0367	PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	557.286,17
20.572.0368	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	3.906.523,27
20.572.0369	PRODUTIVIDADE DE OLERÍCULAS	3.677.714,41
20.572.0371	PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	1.209.183,83
20.572.0372	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	213.202,16
20.572.0374	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	1.158.495,39
20.572.0377	PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	1.364.009,72
20.572.0466	BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS-GENOMA	23.456.580,96
20.572.0497	ÁGUAS DO BRASIL	1.129.469,95
20.572.0499	PARQUES DO BRASIL	1.952.477,59
20.572.0505	FLORESTAR	5.694.248,33
20.601.0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	697.033.051,26
20.601.0353	PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL	42.025.830,44
20.601.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	6.231.544,24
20.601.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	4.807.068,14
20.601.0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	3.768.602,06
20.601.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	1.690.728,21
20.601.0362	DESENVOLVIMENTO REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	9.114.344,90
20.601.0365	SEGURO RURAL	4.666.319,92
20.601.0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS-PRODECER	6.433.040,00
20.601.0375	QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS	2.253.910,18
20.601.0800	DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE	2.853.535,60
20.602.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	2.091.928,70
20.602.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	1.066.173,82
20.602.0370	DESENVOLVIMENTO DA PESCÁ	4.844.947,21
20.602.0372	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	2.206.247,48
20.602.0376	QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	1.251.357,23
20.602.0378	FOMENTO A EQUICULTURA	1.013.330,83
20.603.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	988.703,53
20.603.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	2.955.443,14

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	DESPESA REALIZADA
20.603.0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	855.613,08
20.603.0361	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	1.825.465,59
20.603.0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS	2.956.154,01
20.603.0369	PRODUTIVIDADE DE OLERÍCOLAS	736.833,08
20.603.0373	PRODUTIVIDADE DE CÍTRICOS	831.429,55
20.603.0374	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	865.452,97
20.604.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	4.721.361,35
20.604.0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	56.290.355,70
20.604.0358	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	3.702.756,95
20.604.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	5.086.552,44
20.604.0367	PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	4.431.819,33
20.604.0371	PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	2.528.936,10
20.604.0376	QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	710.455,36
20.605.0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	665.073.896,76
20.605.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	551.684,26
20.605.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	118.994.627,97
20.606.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	219.372.056,45
20.606.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	13.605.853,59
20.606.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	23.750.913,00
20.607.0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	239.748.650,75
20.693.0355	PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A MERCADOS	2.088.385,88
20.752.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	15.580.000,00
20.846.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	669.221.980,61
20.846.0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	1.038.987.533,07
20.846.0362	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	12.280.000,00
20.846.0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS-PRODECER	5.244.116,61
20.846.0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	34.564.257,01
20	AGRICULTURA	5.082.288.165,37

EXERCÍCIO 2000		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EXECUÇÃO DA DESPESA
21.122.0139	GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	263.776,48
21.122.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	223.623.086,62
21.126.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	5.733.057,49
21.128.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	692.291,41
21.131.0752	GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	4.338.856,18
21.301.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	9.758.000,00
21.306.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	5.219.058,51
21.331.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	1.770.833,06
21.365.0067	ATENÇÃO A CRIANÇA	1.129.371,00
21.631.0135	NOVO MUNDO RURAL-ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	549.701.797,26
21.631.0136	NOVO MUNDO RURAL-CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	190.414.470,75
21.631.0137	EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	75.375.167,42
21.631.0138	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	18.963.698,94
21.631.0139	GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	5.883.486,67
21.632.0136	NOVO MUNDO RURAL-CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	500.000,00
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.093.366.951,79

Fonte:

MF/STN

Arquivo:AgriOrg2003-Programas

Despesas Realizadas Por Função e Programa - Ano: 2001

EXERCÍCIO 2001		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	DESPESA REALIZADA
20.122.0365	SEGURO RURAL	742.421,46
20.122.0394	PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	451.333,04
20.122.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	1.004.885.565,45
20.125.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	2.119.239,98
20.125.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	1.273.609,45
20.126.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	2.708.711,48
20.127.0512	ZONEAMENTO ECONÔMICO-ECOLÓGICO	310.870,36
20.128.0416	CULTURA EXPORTADORA	186.968,70
20.128.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	1.608.379,77
20.131.0752	GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	147.838,47
20.212.0681	GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	9.338.540,61
20.273.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	34.794.118,58
20.301.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	44.540.239,40
20.306.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	32.262.256,83
20.331.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	5.543.708,80
20.363.0362	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	585.544,96
20.365.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	3.200.724,66
20.423.0150	ETNO DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	223.152,56
20.543.0368	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	1.376.702,72
20.545.0462	CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA	18.051.854,42
20.572.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	15.463.766,38
20.572.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	14.564.925,76
20.572.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	9.776.114,52
20.572.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	9.005.269,74
20.572.0361	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	12.279.935,37
20.572.0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS	3.815.194,01
20.572.0364	AGRICULTURA DE PRECISÃO	7.205.001,28
20.572.0367	PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	575.793,94
20.572.0368	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	6.199.667,31
20.572.0369	PRODUTIVIDADE DE OLERÍCULAS	5.259.972,50
20.572.0371	PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	1.215.924,72
20.572.0372	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	394.509,65
20.572.0374	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	1.151.041,99
20.572.0377	PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	1.483.867,50
20.572.0466	BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS-GENOMA	26.644.589,77
20.572.0497	ÁGUAS DO BRASIL	282.962,58
20.572.0499	PARQUES DO BRASIL	958.507,66
20.572.0505	FLORESTAR	5.023.707,83
20.601.0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	269.661.476,08
20.601.0353	PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL	43.400.000,00
20.601.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	4.287.011,80
20.601.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	3.792.060,98
20.601.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	945.579,39
20.601.0362	DESENVOLVIMENTO REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	8.813.516,08
20.601.0365	SEGURO RURAL	4.860.234,16
20.601.0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS-PRODECER	6.366.720,00
20.601.0375	QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS	4.874.982,87
20.601.0800	DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE	1.039.029,00
20.601.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	4.410.000,00
20.601.5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA	268.711,93
20.602.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	4.075.008,27
20.602.0370	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	7.067.190,57
20.602.0372	DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	6.258.220,29
20.602.0376	QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	1.331.053,25
20.602.0378	FOMENTO A EQUIDOCULTURA	440.648,97
20.602.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	1.337.500,00
20.603.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	3.267.582,30

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	DESPESA REALIZADA
20.603.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	3.886.383,08
20.603.0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	5.704.203,19
20.603.0361	PRODUTIVIDADE DE CERÉAIS	919.916,25
20.603.0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS	1.191.967,96
20.603.0369	PRODUTIVIDADE DE OLERÍCOLAS	551.259,59
20.603.0373	PRODUTIVIDADE DE CÍTRICOS	1.692.292,42
20.603.0374	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	453.999,17
20.604.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	9.920.384,90
20.604.0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	11.308.530,62
20.604.0358	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	8.320.992,26
20.604.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	8.595.264,97
20.604.0367	PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	5.066.939,30
20.604.0371	PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	3.012.373,47
20.604.0376	QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	1.516.958,39
20.604.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	39.581.023,26
20.605.0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	599.671.493,03
20.605.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	443.394,21
20.605.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	235.902.280,39
20.606.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	206.742.701,36
20.606.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	10.596.186,87
20.606.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	53.694.809,15
20.607.0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	364.866.863,14
20.693.0355	PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A MERCADOS	819.255,67
20.752.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	37.376.446,80
20.846.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	786.182.393,47
20.846.0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	1.421.398.472,53
20.846.0362	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	0,00
20.846.0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS-PRODECER	0,00
20.846.0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00
20 - Agricultura		5.481.565.845,60

Fonte: MF/STN

EXERCÍCIO 2001		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EXECUÇÃO DA DESPESA
21.122.0139	GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	0,00
21.122.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	234.112.766,89
21.126.0139	GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	1.583.259,50
21.126.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	5.027.428,09
21.128.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.307.033,50
21.131.0752	GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	7.387.050,56
21.301.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	9.392.799,17
21.306.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	5.110.445,46
21.331.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	1.652.499,10
21.365.0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	982.385,06
21.631.0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	9.030.275,80
21.631.0135	NOVO MUNDO RURAL-ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	669.064.262,09
21.631.0136	NOVO MUNDO RURAL-CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	251.792.957,97
21.631.0137	EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	110.370.987,92
21.631.0138	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	16.725.375,86
21.631.0139	GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	4.892.763,04
21.632.0136	NOVO MUNDO RURAL-CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	500.000,00
21 - Organização Agrária		1.329.932.290,01

Fonte: MF/STN

Arquivo:AgriOrg2003-Programas

Despesas Realizadas por Função e Programa - Ano: 2002

EXERCÍCIO 2002		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	DESPESA REALIZADA
20.020.3762	NACIONAL -NACIONAL	1.315.343
20.121.0470	NACIONAL -NACIONAL	128.348
20.122.0365	SEGURO RURAL	2.323.679
20.122.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	1.164.061.447
20.125.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	3.505.919
20.125.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	123.759
20.126.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	2.523.404
20.128.0416	CULTURA EXPORTADORA	154.002
20.128.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	1.734.054
20.131.0752	GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	192.120
20.212.0681	APOIO ADMINISTRATIVO	17.456.539
20.273.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	54.399.385
20.301.0791	NACIONAL -NACIONAL	44.486.004
20.304.0357	NACIONAL -NACIONAL	3.346.143
20.306.0791	NACIONAL -NACIONAL	4.298
20.331.0791	NACIONAL -NACIONAL DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	45.948.513
20.363.0362	NACIONAL -NACIONAL	795.118
20.365.0791	ETNO DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	2.904.064
20.423.0150	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	38.112
20.543.0368	CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA	2.446.106
20.545.0462	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	25.928.932
20.572.0351	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	9.022.774
20.572.0354	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	12.199.191
20.572.0356	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	6.695.451
20.572.0359	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	8.761.365
20.572.0361	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS	10.958.770
20.572.0363	AGRICULTURA DE PRECISÃO	3.461.453
20.572.0364	PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	6.596.482
20.572.0367	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	527.149
20.572.0368	PRODUTIVIDADE DE OLERICOLAS	5.277.896
20.572.0369	PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	5.559.804
20.572.0371	DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	1.209.300
20.572.0372	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	351.478
20.572.0374	PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	1.076.674
20.572.0377	BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS-GENOMA	1.323.284
20.572.0466	ÁGUAS DO BRASIL	19.337.810
20.572.0497	PARQUES DO BRASIL	507.851
20.572.0499	FLORESTAR	405.917
20.572.0505	NACIONAL -NACIONAL	5.224.896
20.572.8008	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.365.199
20.601.0350	PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL	694.562.893
20.601.0353	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	44.096.375
20.601.0354	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	13.790.808
20.601.0356	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	6.939.157
20.601.0360	DESENVOLVIMENTO REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	1.258.606
20.601.0362	SEGURO RURAL	8.256.866
20.601.0365	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS-PRODECER	4.923.352
20.601.0366	NACIONAL -NACIONAL	7.295.200
20.601.0374	QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS	1.822.285
20.601.0375	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCRO- ALCOOLEIRA	4.821.688
20.601.5005	NACIONAL -NACIONAL	232.372
20.601.8008	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	2.264.077
20.602.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	993.680

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	DESPESA REALIZADA
20.602.03595	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	2.324.126
20.602.0370	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	7.339.618
20.602.0372	DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	8.520.834
20.602.0378	FOMENTO E EQUIDOCULTURA	461.864
	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR	
20.602.0806	AGROPECUÁRIA	600.000
20.603.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	4.423.570
20.603.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	4.978.145
	CONTROLE DE FRONTEIRA PARA PROTEÇÃO DA	
20.603.0357	AGROPECUÁRIA	9.350.616
20.603.0361	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	715.246
20.603.0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGIOSAS	1.170.793
20.603.0369	PRODUTIVIDADE DE OLERICOLAS	464.831
20.603.0373	PRODUTIVIDADE DE CITRICOS	1.425.656
20.603.0374	PRODUTIVIDADE DE ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	395.210
20.604.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	10.016.042
	CONTROLE DE FRONTEIRA PARA PROTEÇÃO DA	
20.604.0357	AGROPECUÁRIA	27.503.620
20.604.0358	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	5.052.487
20.604.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	4.768.442
20.604.0367	PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	2.847.113
20.604.0371	PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	2.628.920
20.604.0376	QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	1.529.436
20.604.0378	NACIONAL -NACIONAL	568.192
20.605.0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	224.806.912
20.605.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	397.471
	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR	
20.605.0806	AGROPECUÁRIA	176.902.366
20.605.5005	NACIONAL -NACIONAL	115.374.000
20.606.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	223.951.219
20.606.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	9.382.349
	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR	
20.606.0806	AGROPECUÁRIA	25.396.340
20.607.0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	144.238.994
20.607.0415	NO VALE DO RIO PARNAIBA -NO VALE DO RIO PARNAIBA	818.526
	PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A	
20.693.0355	MERCADOS	833.372
	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR	
20.752.0806	AGROPECUÁRIA	7.313.000
20.843.0352	NACIONAL -NACIONAL	0
20.846.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	1.018.129.440
20.846.0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	1.188.271.891
	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE	
20.846.0362	CACAU	1.569.812
20 - Agricultura		5.500.405.843

Fonte: MF/STN
Arquivo: AgriOrg2000-2005-
Programas.xls

EXERCÍCIO 2002		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EXECUÇÃO DA DESPESA
21.122.0750.2002.0001	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	289.353
21.122.0750.2000.0001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	36.479
21.122.0139.1062.0001	PROMOÇÃO A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	35.650
21.126.0750.2003.0001	AÇÕES DE INFORMÁTICA	263.844.846
	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	
21.128.0791.4572.0001	EM PROCESSO DE	2.357.884
21.131.0752.2017.0001	COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	6.442.423
21.331.0791.2011.0001	NACIONAL -NACIONAL	18.416.643
	NA REGIAO CENTRO-OESTE -NA REGIAO CENTRO-	
21.361.0047.7857.0050	OESTE	9.596.122
21.365.0791.2010.0001	NACIONAL -NACIONAL	873.296
21.631.0135.5611.0004	OBTENÇÃO DE TERRAS	691.171.341

CÓDIGO	FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EXECUÇÃO DA DESPESA
21.631.0136.5613.0001	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR	226.927.740
21.631.0137.5609.0001	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS	128.237.550
21.631.0138.2114.0001	SISTEMA DE CADASTRO RURAL	21.420.768
21.631.0139.2373.0001	NACIONAL -NACIONAL	6.777.248
21.631.0135.5527.0020	TOPOLOGIA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL	109.981
21.631.0136.3667.0050	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS	1.726.518
21.631.0137.3668.0050	INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPAÇÃO DE ASSENT.	1.717.458
21.631.0518.3628.0051	NO ESTADO DE MATO GROSSO -NO ESTADO DE MATO GROSSO	
21.632.0519.3571.0010	NA REGIAO NORTE -NA REGIAO NORTE	626.009
21 - Organização Agrária		1.380.607.307

Fonte: MF/STN

Arquivo: AgriOrg2000-2005-Programas.xls

Despesas Realizadas Por Função e Programa - Ano: 2003

EXERCÍCIO 2003		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	DESPESA REALIZADA
20.122.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	168.129
20.122.0365	SEGURO RURAL	2.403.313
20.122.0470	CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO	76.149
20.122.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	501.593.368
20.125.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	3.021.616
20.125.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	104.151
20.128.0416	CULTURA EXPORTADORA	158.869
20.128.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.062.954
20.131.0358	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	691.845
20.131.0361	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	30.000
20.131.0368	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	30.000
20.131.0466	BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS-GENOMA	10.000
20.212.0681	GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	22.003.714
20.244.0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	36.610.000
20.273.0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	21.832.360
20.273.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	36.542.373
20.301.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	53.303.585
20.304.0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	453.055
20.306.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	40.702.734
20.331.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	8.621.197
20.363.0362	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	723.642
20.365.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.781.004
20.423.0150	ETNO DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	
20.543.0368	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	1.554.664
20.545.0462	CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA	23.549.608
20.572.0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	3.851.554
20.572.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	9.175.665
20.572.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	11.008.132
20.572.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	8.192.374
20.572.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	8.230.257
20.572.0361	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	10.628.605
20.572.0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS	3.404.221
20.572.0364	AGRICULTURA DE PRECISÃO	5.889.404
20.572.0367	PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	537.905
20.572.0368	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	5.930.880
20.572.0369	PRODUTIVIDADE DE OLERÍCOLAS	5.345.721

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	DESPESA REALIZADA
20.572.0371	PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	1.152.531
20.572.0372	DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	363.153
20.572.0374	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	1.115.959
20.572.0377	PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	1.375.660
20.572.0466	BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS-GENOMA	16.804.639
20.572.0497	ÁGUAS DO BRASIL	367.740
20.572.0499	PARQUES DO BRASIL	370.445
20.572.0505	FLORESTAR	4.899.014
20.572.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	530.100.717
20.572.8008	DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROF	2.788.870
20.601.0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	423.182.522
20.601.0353	PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL	5.002.983
20.601.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	7.774.337
20.601.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	8.483.456
20.601.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	1.581.128
20.601.0362	DESENVOLVIMENTO REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	7.953.103
20.601.0365	SEGURO RURAL	5.114.201
20.601.0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS-PRODECER	6.000.000
20.601.0375	QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS	4.134.429
20.601.0800	DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE	
20.601.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	
20.601.5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA	243.660
20.601.8008	DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROF	2.753.848
20.602.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	3.373.299
20.602.0370	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	4.495.495
20.602.0372	DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	3.607.486
20.602.0376	QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	1.158.061
20.602.0378	FOMENTO A EQUIDECULTURA	565.557
20.602.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	
20.603.0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	2.639.289
20.603.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	5.059.615
20.603.0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	7.960.368
20.603.0361	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	614.356
20.603.0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS	830.007
20.603.0369	PRODUTIVIDADE DE OLERÍCOLAS	352.513
20.603.0373	PRODUTIVIDADE DE CÍTRICOS	972.646
20.603.0374	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	295.556
20.604.0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	16.874.890
20.604.0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	23.903.713
20.604.0358	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	3.134.682
20.604.0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	3.161.503
20.604.0367	PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	2.080.801
20.604.0371	PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	1.858.540
20.604.0376	QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	1.360.060
20.604.0377	PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	163.378
20.604.0378	FOMENTO A EQUIDECULTURA	573.894
20.604.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	
20.605.0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	843.285.557
20.605.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	241.369
20.605.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	34.313.322
20.605.0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.000.000
20.606.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	115.821.422
20.606.0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	19.989.974
20.606.0374	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	2.686.956
20.606.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	11.473.990
20.607.0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	103.242.282
20.607.0415	JOVEM EMPREENDEDOR	360.325
20.693.0355	PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A MERCADOS	603.666
20.752.0806	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	6.227.020

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	DESPESA REALIZADA
20.754.5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA	470.171.910
20.846.0351	AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF	1.377.293.776
20.846.0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	1.548.587.949
20.846.0362	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	7.589.913
20.846.0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS-PRODECER	
20.846.0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	14.000.000
20 - Agricultura		6.505.710.581

Fonte:
MF/STN

EXERCÍCIO 2003		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EXECUÇÃO DA DESPESA
21.122.0139	GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	
21.122.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	50.169.649
21.126.0139	GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	143.106
21.128.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	892.245
21.301.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	14.324.816
21.306.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	6.173.207
21.331.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.998.279
21.361.0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.900.891
21.365.0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	1.130.578
21.631.0135	NOVO MUNDO RURAL-ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	801.985.492
21.631.0136	NOVO MUNDO RURAL-CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	176.819.824
21.631.0137	EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	124.247.461
21.631.0138	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	16.498.485
21.631.0139	GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	7.277.263
21.631.0750	APOIO ADMINISTRATIVO	215.955.965
21.632.0519	DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DA AMAZÔNIA	
21 - Organização Agrária		1.429.517.261

Fonte:
MF/STN

Arquivo:AgriOrg2003-Programas

Despesas Realizadas Por Sub-Função e Programa - Ano: 2004

EXERCÍCIO 2004		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	EXECUÇÃO DA DESPESA
122 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	2.048.652
122 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	197.242.527
122 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	26.437
	SEGURANCA FITOZOSSANITARIA NO TRANSITO DE PRODUTOS	
122 0357	AGROPECU	47.566
122 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	732.725
122 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	1.725.279
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE	
122 0362	CACAU	4.848.838
122 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	22.957.244
122 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	1.307.872
122 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	20.636
122 0379	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	7.652.567
122 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	1.219.765.079
122 1037	EFICIENCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA	575.000
122 1038	TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO	575.000
122 1169	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL	1.745.812
122 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	41.463.651
122 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	6.477
	DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL	
122 5005	SUCROALCOOLEIRO	650.818

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	EXECUÇÃO DA DESPESA
125 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	937.452
125 0353	DESENVOLVIMENTO DA HEVEICULTURA	98.175
125 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS SEGURANCA FITOZOSSANITARIA NO TRANSITO DE PRODUTOS	9.722.863
125 0357	AGROPECU	9.775.705
125 0375	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVICOS AGROPECUARIOS	8.714.267
125 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	77.888
125 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL	40.740
125 5005	SUCROALCOOLEIRO	93.740
126 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	164.195
126 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	2.979.831
126 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	3.800.000
126 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	1.737.052
127 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	6.202.589
128 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	200
128 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	244.920
128 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	171.312
128 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	632.439
128 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	600.329
128 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	3.293.949
128 0361	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAIZES E OUTRAS ESP	76.705
128 0363	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROS	317.169
128 0367	DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA	116.495
128 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	447.098
128 0369	DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA	79.100
128 0371	DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA	2.255
128 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	444.281
128 1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEM-ARIDO - CONV	130.118
128 1169	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL	11.288.806
128 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	2.080.420
128 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	44.024
128 1329	PRIMEIRO EMPREGO	892.688
131 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	4.994.772
131 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	380.609
131 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	413.226
131 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	500.000
131 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	392.663
131 1156	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTA	492.087
131 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	61.000
131 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	20.000
212 0684	COOPERACAO CIENTIFICA, TECNICA E TECNOLOGICA INTERNACIONAL	837.438
273 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	16.617.326
273 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	38.328.428
301 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	6.869.338
301 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	60.391.233
301 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	69.072
306 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	8.797.199
306 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	42.626.918
306 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	244.631
331 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	3.240.199
331 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	6.678.742
331 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL DEMOCRATIZANDO O ACESSO A EDUCACAO PROFISSIONAL, TECNOLOGICA	68.925
363 1062		1.282.506
365 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	1.179.953
365 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	1.865.274
365 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	24.208
541 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	967.215
545 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	1.600.000
571 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	558.009
571 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	861.690

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	EXECUÇÃO DA DESPESA
572 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	7.475.283
572 0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	2.667.953
572 1156	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTA	124.863.300
572 1161	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E AGROINDUSTRIAL PAR	13.437.841
572 1270	PROAMBIENTE	512.321
573 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	193.952
573 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	143.897
573 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	68.097
573 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	112.000
573 0361	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAIZES E OUTRAS ESP	4.608.048
573 0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	3.528.435
573 0363	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROS	4.165.675
573 0367	DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA	151.268
573 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	191.708
573 0369	DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA	1.062.241
573 0371	DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA	46.800
573 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	158.091
573 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	121.960
601 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	2.846.709
601 0361	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAIZES E OUTRAS ESP	219.642
601 0363	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROS	1.264.703
601 0369	DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA	336.252
601 0375	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVICOS AGROPECUARIOS	681.048
601 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	28.399
602 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	1.044.566
602 0367	DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA	35.000
602 0371	DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA	69.927
602 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	291.429
602 1025	PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROM	470.010
602 1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEM-ARIDO - CONV	85.421
602 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	14.589.771
603 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	116.824
603 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	8.842.014
603 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	1.901.731
603 0361	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAIZES E OUTRAS ESP	364.385
603 0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	2.404.074
603 0363	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROS	517.984
603 0369	DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA	268.689
603 5005	DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO	133.527
604 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	14.614.304
604 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	37.419.381
604 0367	DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA	1.116.086
604 0371	DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA	5.114.075
604 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	654.265
605 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	5.953.903
605 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	524.981.095
605 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	465.540
606 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	397.464
606 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	12.835.403
606 1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEM-ARIDO - CONV	63.507
606 1169	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL	5.360.133
606 6003	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO	65.669.905
607 0379	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	183.740.417
607 1038	TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO	47.233.687
665 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	1.306.736
665 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	83.737
691 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	3.345.962
691 1022	PROMOCAO E INSERCAO ECONOMICA DE SUB-REGIOES - PROMOVER	780.000

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	EXECUÇÃO DA DESPESA
692 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	102.464
752 0273	ENERGIA CIDADADA	9.847.998
845 0353	DESENVOLVIMENTO DA HEVEICULTURA	624.478
845 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	1.500.000
845 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	270.000
845 0681	GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	25.023.974
845 1224	AQUICULTURA E PESCA DO BRASIL	11.800.233
846 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	821.521.328
846 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.641.625.000
846 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	736.086.305
846 0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	1.133.710
846 5005	DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO	506.098.113
20 - Agricultura		7.635.751.822

Fonte: MF/STN

Arquivo: AgriOrg2000-2005-Programas.xls

EXERCÍCIO 2004		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EXECUÇÃO DA DESPESA
121 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	7.684.859
122 0135	ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	17.724.543
122 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	11.008.114
122 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	611.263
122 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	8.079.024
122 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	292.679.481
122 1116	CREDITO FUNDIARIO	1.469.919
122 1120	PAZ NO CAMPO	370.418
122 1334	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	3.316.938
125 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	12.328.314
126 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	5.937.990
126 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	59.544
127 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	11.267.277
127 1334	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	9.998.000
128 0135	ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	24.586.001
128 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	33.135.761
128 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.354.701
128 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	10.747.692
128 1116	CREDITO FUNDIARIO	1.470.000
128 1334	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	9.698.653
131 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	1.950.000
183 1120	PAZ NO CAMPO	97.031
244 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	507.500
244 1120	PAZ NO CAMPO	1.791.638
301 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	14.982.809
306 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	8.381.437
331 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	4.229.409
365 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	1.155.808
366 1060	BRASIL ALFABETIZADO	26.368.885
422 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	999.999
606 0150	IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	480.000
606 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	42.985.598
631 0135	ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	1.067.316.086
631 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	87.568.951
631 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	6.169.882
631 1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEM-ARIDO - CONV	9.933.000
631 1116	CREDITO FUNDIARIO	71.550.000
691 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	5.476.921
691 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	11.410.854
845 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	118.666.744

CÓDIGO	FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EXECUÇÃO DA DESPESA
846 0135	ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	222.592.978
846 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	100.935.305
846 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	5.429.676
846 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	366.856
846 1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONV	1.190.000
846 1116	CREDITO FUNDIARIO	340.561.000
21 - Organização Agrária		2.617.626.861

Fonte: MF/STN

Arquivo: AgriOrg2000-2005-Programas.xls

Despesas Realizadas Por Sub-Função e Programa - Ano: 2005

EXERCÍCIO 2005		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	EXECUÇÃO DA DESPESA
122 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	2.681.851,13
128 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	5.100,00
131 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	4.511.816,06
572 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	11.951.066,22
573 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	219.662,65
603 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	53.274,66
605 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	6.976.907,73
694 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	
601 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	1.249.016.115,00
	Sub-Total	1.275.415.793,45
122 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	234.295.171,68
125 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	1.561.093,66
126 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	147.688,90
128 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	166.868,71
131 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	146.537,74
273 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	21.832.360,00
301 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	8.514.384,38
306 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	10.605.382,68
331 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	4.041.355,83
365 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	1.699.754,38
605 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	1.143.767.709,34
692 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	141.707,31
846 0352	ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	1.447.566.367,20
	Sub-Total	2.874.486.381,81
122 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	43.013,44
125 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	7.513.072,20
573 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	189.771,62
603 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	4.399.438,48
604 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	17.756.433,32
665 0356	SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	979.084,44
	Sub-Total	30.880.813,50
122 0357	SEGURANCA FITOZOSSANITARIA NO TRANSITO DE PRODUTOS AGROPECU	
125 0357	SEGURANCA FITOZOSSANITARIA NO TRANSITO DE PRODUTOS AGROPECU	13.227.617,34
	Sub-Total	13.227.617,34
122 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	287.058,06
128 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	922.645,00
131 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	977.048,53
244 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	3.000.000,00
573 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	297.092,43
602 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	295.000,00
604 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	70.819.165,28
606 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	595.748,44
602 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	295.000,00

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	EXECUÇÃO DA DESPESA
604 0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	70.819.165,28
	Sub-Total	148.307.923,02
122 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	1.309.734,15
126 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	24.787.257,71
128 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	4.330.234,17
571 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	553.089,39
605 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	790.742,65
606 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	7.313.859,66
691 0360	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	4.233.502,92
	Sub-Total	43.318.420,65
122 0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	6.272.523,00
572 0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	2.930.856,46
573 0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	2.938.827,70
603 0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	2.754.844,38
846 0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	3.058.806,40
	Sub-Total	17.955.857,94
122 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	24.311.893,36
126 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	5.671.615,98
127 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	4.850.000,00
545 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	1.396.000,00
846 0365	MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	3.472.630,53
	Sub-Total	39.702.139,87
122 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	286.580,22
128 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	995.454,89
131 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	397.058,01
541 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	117.267,54
573 0368	MANEJO E CONSERVACAO DE SOLOS NA AGRICULTURA	249.805,21
	Sub-Total	2.046.165,87
122 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEO CULTURA E DA OV	434.373,02
125 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	5.206,66
128 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	916.238,00
573 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	239.959,65
604 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	587.316,83
602 0377	DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OV	113.825,00
	Sub-Total	2.296.919,16
122 0379	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	4.156.755,84
607 0379	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	78.122.506,78
	Sub-Total	82.279.262,62
122 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	1.426.424.089,98
273 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	45.207.584,00
301 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	53.738.274,51
306 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	47.772.115,68
331 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	7.548.497,74
365 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	6.868.294,76
	Sub-Total	1.587.558.856,67
122 1037	EFICIENCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA	115.964,00
126 1037	EFICIENCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA	
606 1037	EFICIENCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA	
	Sub-Total	115.964,00
122 1038	TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO	981.378,96
607 1038	TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO	131.402.470,84
	Sub-Total	132.383.849,80
122 1169	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL	686.558,25
128 1169	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL	2.343.902,78
606 1169	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL	6.381.135,07
	Sub-Total	9.411.596,10
122 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	12.111,70
128 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	117.752,00
131 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	295.330,08
573 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	188.966,90
601 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	323.050,00
665 1225	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	240.708,12

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	EXECUÇÃO DA DESPESA
	Sub-Total	1.177.918,80
122 1342	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	20.476.256,38
128 1342	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	1.431.834,32
131 1342	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	222.066,14
601 1342	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	6.615.439,73
602 1342	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	2.213.991,27
845 1342	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	18.027.973,51
	Sub-Total	48.987.561,35
122 1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	8.527.666,49
126 1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	703.928,56
128 1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	1.214.000,00
131 1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	224.347,90
601 1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	5.348.402,80
602 1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	10.192.173,23
606 1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	485.000,00
	Sub-Total	26.695.518,98
122 1344	GESTAO DA POLITICA PESQUEIRA	290.244,94
125 1344	GESTAO DA POLITICA PESQUEIRA	795.418,63
126 1344	GESTAO DA POLITICA PESQUEIRA	1.700.759,18
128 1344	GESTAO DA POLITICA PESQUEIRA	126.035,12
571 1344	GESTAO DA POLITICA PESQUEIRA	1.579.012,90
602 1344	GESTAO DA POLITICA PESQUEIRA	874.599,57
	Sub-Total	5.366.070,34
122 5005	DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO	879.333,74
125 5005	DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO	71.285,31
603 5005	DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO	1.690,81
846 5005	DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO	20.065.189,91
	Sub-Total	21.017.499,77
125 0353	DESENVOLVIMENTO DA HEVEICULTURA	
846 0353	DESENVOLVIMENTO DA HEVEICULTURA	
	Sub-Total	0,00
125 0375	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVICOS AGROPECUARIOS	4.920.419,37
601 0375	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVICOS AGROPECUARIOS	757.129,42
	Sub-Total	5.677.548,79
128 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	194,48
846 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	1.782.500.186,11
	Sub-Total	1.782.500.380,59
128 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	1.289.877,92
131 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	396.878,21
573 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	272.281,96
601 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	195.799,74
603 0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	6.171.390,34
	Sub-Total	8.326.228,17
128 0361	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAIZES E OUTRAS ESP	1.017.657,21
573 0361	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAIZES E OUTRAS ESP	5.094.520,83
601 0361	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAIZES E OUTRAS ESP	453.664,60
603 0361	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAIZES E OUTRAS ESP	140.152,28
	Sub-Total	6.705.994,92
128 0363	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROS	131.862,56
573 0363	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROS	5.232.792,27
603 0363	DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROS	1.039.161,37
	Sub-Total	6.403.816,20
128 0367	DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA	14.724,26
573 0367	DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA	185.447,37
604 0367	DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA	1.118.040,47
	Sub-Total	1.318.212,10
128 0369	DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA	432.713,60
573 0369	DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA	1.167.604,26
603 0369	DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA	39.728,87
	Sub-Total	1.640.046,73
128 0371	DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA	183.570,00
573 0371	DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA	198.194,13

CÓDIGO	FUNÇÃO AGRICULTURA	EXECUÇÃO DA DESPESA
604 0371	DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA	1.805.600,09
	Sub-Total	2.187.364,22
128 1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONV	722.424,05
602 1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONV	81.621,76
	Sub-Total	804.045,81
131 1156	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTA	449.090,68
572 1156	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTA	121.221.059,39
	Sub-Total	121.670.150,07
212 0681	GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	31.534.769,51
	Sub-Total	31.534.769,51
363 1062	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	1.188.102,66
	Sub-Total	1.188.102,66
572 1161	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E AGROINDUSTRIAL PAR	13.299.749,96
	Sub-Total	13.299.749,96
572 1270	PROAMBIENTE	529.152,20
	Sub-Total	529.152,20
606 6003	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO	160.010.391,78
	Sub-Total	160.010.391,78
752 0273	ENERGIA CIDADA	2.042.222,47
	Sub-Total	2.042.222,47
20 - Agricultura		8.508.470.307,22

Fonte: MF/STN

Arquivo: AgriOrg 2000-2005- Programas.xls

EXERCÍCIO 2005		em Reais
CÓDIGO	FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EXECUÇÃO DA DESPESA
121 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	7.263.586,76
122 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	3.648.164,22
126 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	39.200,00
128 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.433.623,46
422 0139	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	981.097,87
	Sub-Total	14.365.672,31
122 0135	ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	19.423.607,16
128 0135	ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	43.673.252,26
131 0135	ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	3.000.000,00
631 0135	ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	1.474.178.008,06
846 0135	ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	363.929.275,63
	Sub-Total	1.904.204.143,11
122 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	11.359.667,69
128 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	78.671.137,05
631 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	91.916.290,77
691 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	8.477.813,62
846 0137	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	227.680.384,54
	Sub-Total	418.105.293,67
122 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	405.236,94
125 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	33.248.845,92
126 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	6.659.686,69
127 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	12.821.498,52
631 0138	REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	8.171.420,13
	Sub-Total	61.306.688,20
122 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	11.133.556,29
128 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	10.651.892,45
131 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	5.336.053,00
601 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	717.977,32
606 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	55.243.507,58
691 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	11.911.281,28
846 0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	39.300.000,00
	Sub-Total	134.294.267,92
122 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	368.905.586,01
301 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	15.013.740,00

CÓDIGO	FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EXECUÇÃO DA DESPESA
306 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	11.297.036,00
331 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	6.132.444,00
365 0750	APOIO ADMINISTRATIVO	1.193.652,00
	Sub-Total	402.542.458,01
122 1116	CREDITO FUNDIARIO	1.339.692,16
128 1116	CREDITO FUNDIARIO	1.095.000,00
631 1116	CREDITO FUNDIARIO	85.953.805,00
846 1116	CREDITO FUNDIARIO	427.178.000,00
	Sub-Total	515.566.497,16
122 1120	PAZ NO CAMPO	557.107,04
128 1120	PAZ NO CAMPO	71.000,00
183 1120	PAZ NO CAMPO	516.463,58
631 1120	PAZ NO CAMPO	2.114.559,20
	Sub-Total	3.259.129,82
122 1334	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	3.278.711,89
127 1334	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	109.575.904,93
128 1334	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	8.715.395,00
	Sub-Total	121.570.011,82
122 1350	EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)	1.802.632,60
363 1350	EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)	13.171.139,00
364 1350	EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)	5.147.894,86
366 1350	EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)	14.546.638,83
	Sub-Total	34.668.305,29
127 1336	BRASIL QUILOMBOLA	2.137.826,19
606 1336	BRASIL QUILOMBOLA	894.610,20
846 1336	BRASIL QUILOMBOLA	
	Sub-Total	3.032.436,39
572 1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO ESUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONV	1.251.815,44
631 1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONV	13.800.000,00
	Sub-Total	15.051.815,44
606 0150	IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	475.712,00
	Sub-Total	475.712,00
21 - Organização Agrária		3.628.442.431,14

Fonte: MF/STN

Arquivo: AgriOrg 2000-2005- Programas.xls



SEMINÁRIOS DIMAC¹

(Ano 2001)

- Nº 42 (21 de fevereiro) *Rentabilidade e Custo da Geração de Eletricidade no Brasil*; Ajax R. Bello Moreira, Katia M. C. Rocha e Pedro David; 32p..
- Nº 43 (07 de março) *Crescimento, Poluição e o Protocolo de Quioto: uma Avaliação do Caso Brasileiro*; Eliezer Martins Diniz; 70p.
- Nº 44 (14 de março) *Técnicas de Projeção/Previsão Macroeconômicas*; Cláudio Roberto Contador; 17p..
- Nº 45 (21 de março) *Can Flexible Exchange Rates Still "Work" in Financially Open Economies?*; Gino Olivares e Ilan Goldfajn; 22p..
- Nº 46 (22 de março) *A Agência de Planejamento Econômico, o seu "White Paper" e a Política Econômica no Japão*; Yoichi Okita; 13p..
- Nº 47 (28 de março) *O Cenário Macroeconômico e as Condições de Oferta de Energia Elétrica no Brasil*; Jose Claudio Linhares Pires, Joana Gostkorzewicz e Fabio Giambiagi; 48p..
- Nº 48 (04 de abril) *Considerações sobre a Reestruturação das Instituições Financeiras Públicas*; Carlos Von Doellinger; 09p..
- Nº 49 (11 de abril) *Impacto da ALCA na Agenda Externa Brasileira*; Sandra Polônia Rios; 19p..
- Nº 50 (18 de abril) *Revisitando a Questão do Custo de Bem-Estar da Inflação*; Joe Akira Yoshino; 71p..
- Nº 51 (23 de abril) *Economia Brasileira: Problemas e Perspectivas*; Cláudio Haddad; 37p..
- Nº 52 (02 de maio) *Crescimento e Produtividade no Brasil: o que nos diz o Registro de Longo Prazo*; Regis Bonelli e Edmar Bacha; 44p..
- Nº 53 (11 de maio) *Técnicas Econométricas de Modelagem Estrutural: Opções Gerais e Questões Recentes*; Jean-Louis Brillet; 106p..
- Nº 54 (16 de maio) *Implementação do Sistema de Metas para a Inflação no Brasil e Temas Correlatos*; Joel Bogdanski; Alexandre Antonio Tombini e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang; 29p..
- Nº 55 (23 de maio) *The Impact of Sector-Specific and Economy-Wide Reforms on the Brazilian Agricultural Sector*; Steven M. Helfand e Gervásio Castro de Rezende; 35p..
- Nº 56 (30 de maio) *Segmentação Comportamental de Clientes: uma Aplicação de Redes Neurais*; Helena Gottschalk; 27p..
- Nº 57 (06 de junho) *Estimando o Produto Potencial Brasileiro: uma Abordagem de Função de Produção*; Tito Nícias da Silva Filho; 36p..
- Nº 58 (13 de junho) *Reestruturação do Sistema de Crédito Rural no Brasil*; Guilherme Leite da Silva Dias; 17p..
- Nº 59 (20 de junho) *Estimação do Sistema de Demanda de Consumo Brasileiro*; Seki Asano e Eduardo P. S. Fiuza; 27p.
- Nº 60 (27 de junho) *A Utilização de Redes Neurais para Previsão de Séries Temporais*; Valéria de Lima Roitman e Nelson Francisco Favilla Ebecken; 12p.

1. Os textos relacionados poderão ser solicitados ao IPEA — Vera Lucia Saboia — por *e-mail* (seminarios@ipea.gov.br), telefone (021-3804 8167) ou fax (021-2240-0576). Se disponíveis, serão enviados imediatamente, desde que o nome, a instituição e o endereço completo (inclusive *e-mail* e telefone) do interessado sejam encaminhados com o pedido.

- Nº 61 (04 de julho) *Crescimento Econômico, Balança Comercial e a Relação Câmbio-Investimento*; Marco Antônio F.H. Cavalcanti e Cláudio Roberto Frischtak; 39p..
- Nº 62 (11 de julho) *Regulação e o Investimento em Termo Geração no Brasil*; Ajax R.B. Moreira, Katia Rocha e Pedro David; 13 p..
- Nº 63 (18 de julho) *Movimentos em Mercados Emergentes: Volatilidade de Índices das Ações*; Hedibert Freitas Lopes e Hélio dos Santos Migon; 38 p..
- Nº 64 (25 de julho) *Desenho Institucional de Bancos Centrais: Teorias e o Caso Brasileiro*; Fernando Machado Gonçalves; 44p..
- Nº 65 (01 de agosto) *Algumas Implicações do NAFTA para a Participação do Brasil na ALCA*; Renato Baumann e Ana Maria Franco; 28 p..
- Nº 66 (08 de agosto) *Prevenção das Importações Brasileiras: Qual a Melhor Aproximação?*; Marco Antônio F. H. Cavalcanti; 14 p..
- Nº 67 (22 de agosto) *Taxação Eficiente e Equitativa de Bens e Serviços no Brasil*; Seki Asano, Ana Luiza N.H. Barbosa, Eduardo P.S. Fiuza e Takashi Fukushima; 21 p..
- Nº 68 (23 e 24 de agosto) *Sugestões para uma Agenda de Pesquisa em Macroeconomia para o IPEA*; Edmar L. Bacha; 02p..
- Nº 69 (29 de agosto) *Renda, Desigualdade de Renda e Educacional e Participação Política no Brasil*; João Barbosa de Oliveira; 99p..
- Nº 70 (05 de setembro) *Composição da Renda, Fertilidade Endógena e Investimentos em Educação Infantil*; Fernando A. Veloso; 43 p..
- Nº 71 (12 de setembro) *Baixo Dinamismo das Exportações de Produtos Industrializados ou Baixo Crescimento da Produção Industrial?*; Roberto Iglesias; 32 p..
- Nº 72 (13 de setembro) *Evolução da Razão Capital/Produto no Brasil e nos Países da OCDE*; Aumara Feu; 46p..
- Nº 73 (19 de setembro) *Eficiência e Equidade nos Critérios e Instrumentos do Racionamento de Energia Elétrica*; Ronaldo Seroa da Motta; 24p..
- Nº 74 (26 de setembro) *Escolha da Estrutura de Capital de Subsidiárias Estrangeiras: Evidência de Multinacionais no Brasil*; Walter Novaes e Sérgio R. C. Werlang; 35 p..
- Nº 75 (03 de outubro) *Distribuição de Riqueza Imobiliária e de Renda no Brasil: 1992-1999*; Eustáquio J. Reis, Paulo Tafner e Luis Otávio Reiff; 18p..
- Nº 76 (10 de outubro) *Previsão e Análise do Ciclo de Negócios Brasileiro com os Modelos de Hamilton Original e Geral*; Brisne J. V. Céspedes, Marcelle Chauvet e Elcyon C. R. Lima; 31 p..
- Nº 77 (17 de outubro) *Substituindo o PIS e a COFINS – e Por que Não a CPMF? – Por uma Contribuição Não-Cumulativa*; Ricardo Varsano, Thiago R. Pereira, Erika Amorim Araujo, Napoleão Luiz Costa da Silva e Marcelo Ikeda; 53 p..
- Nº 78 (24 de outubro) *Sistemas Financeiros, Controle Corporativo e Acumulação de Capital*; Michel Aglietta e R. Breton; 28 p..
- Nº 79 (31 de outubro) *Núcleo da Inflação como a Previsão da Tendência Comum Robusta dos Preços*; Ajax R. B. Moreira e Helio S. Migon; 27p..
- Nº 80 (07 de novembro) *Mercosul: Dilema entre União Aduaneira e Área de Livre-Comércio*; Honório Kume e Guida Piani; 22 p..
- Nº 81 (14 de novembro) *Os Ciclos de Investimentos Externos na Economia Brasileira: 1968/2000*; Marcelo José Braga Nonnenberg; 38 p..
- Nº 82 (21 de novembro) *A Política Fiscal tem Efeitos Não Lineares no Brasil?*; Marco Antônio F. de H. Cavalcanti; 28 p..

- Nº 83 (28 de novembro) O Comércio Internacional de Serviços: Impactos de uma Liberalização Adicional; Márcio de Oliveira Júnior; 25 p..
- Nº 84 (05 de dezembro) Um Modelo de Escolha Qualitativa para o Processo de Decisão do Cade em Atos de Concentração; Douglas Pereira Pedra e Lucia Helena Salgado; 55 p..
- Nº 85 (19 de dezembro) *Elasticidades de Armington para o Brasil 1986/1998: estimação com um modelo de correção de erros*; Octávio Augusto Fontes Tourinho, Honório Kume e Ana Cristina de Souza Pedroso; 14 p.

(Ano 2002)

- Nº 86 (09 de janeiro) *A Dinâmica do Desmatamento e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira*; Lykke E. Andersen, Clive W. J. Granger, Eustáquio J. Reis, Diana Weinhold e Sven Wunder; 21 p..
- Nº 87 (16 de janeiro) *Microsoft Outlook 98: Recursos Básicos — Parte I*; Carlos José de Almeida Pereira; 16 p..
- Nº 88 (06 de fevereiro) *Federalismo e Dívida Estadual no Brasil*; Mônica Mora de Araujo de Couto e Silva; 28 p..
- Nº 89 (20 de fevereiro) *Investimento Direto, Comércio e Integração no Mercosul*; Marta Castilho e Soledad Zignago; 20 p..
- Nº 90 (27 de fevereiro) *Determinantes do Spread Brasileiro: uma Abordagem Estrutural*; Katia Rocha, Ajax R. B. Moreira e Ricardo Magalhães; 10 p..
- Nº 91 (06 de março) *Preço e Competição no Setor Elétrico Brasileiro: Regulamentação e Mercado*; Ruderico F. Pimentel; 41 p..
- Nº 92 (13 de março) *Uma Avaliação dos Dados da PNAD com Respeito à “Previdência Social” — População Ativa e Inativa*; Kaizô Iwakami Beltrão e Sonoê Sugahara Pinheiro; 57 p..
- Nº 93 (20 de março) *Inércia de Juros e Regras de Taylor: Simulações com um Modelo Novo-Keynesiano*; Dionísio Dias Carneiro e Pedro Garcia Duarte; 28 p..
- Nº 94 (27 de março) *Efeitos Macroeconômicos e Análise de Bem-Estar da Reforma da Seguridade Social no Brasil*; Sergio G. Ferreira; 24 p..
- Nº 95 (03 de abril) *Política de Taxa de Câmbio Ótima, Taxação Ótima Incompleta e Ciclos de Negócios*; Alexandre Barros da Cunha; 30 p..
- Nº 96 (10 de abril) *Estimativa de Estoque de Capital Humano para o Brasil: 1981 a 1999*; Luciane Carpena e João Barbosa de Oliveira; 33 p..
- Nº 97 (17 de abril) *Bens Credenciais e Poder de Mercado: Um Estudo Econométrico da Indústria Farmacêutica Brasileira*; Eduardo P. S. Fiuza e Marcos de B. Lisboa; 73 p..
- Nº 98 (24 de abril) *Sustentabilidade da Relação Dívida/ PIB no Brasil: 2002 a 2005*; Maurício Mota Saboya; 73 p..
- Nº 99 (30 de abril) *O Federalismo Leva a Impostos Excessivamente Altos?*; Michael J. Keen e Christos Kotsogiannis; 11 p..
- Nº 100 (08 de maio) *Crescimento Econômico em Alguns Países Latino-Americanos e da OCDE: 1960-1990*; Luciane Carpena e Manuel Santos; 57 p..
- Nº 101 (15 de maio) *Um Modelo para Análise da Administração da Maturidade da Dívida Mobiliária Federal*; Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti e Napoleão Luiz Costa da Silva; 39 p..

- Nº 102 (22 de maio) *Políticas Comerciais Regionais, Multilaterais e Unilaterais do Mercosul para o Crescimento Econômico e Redução da Pobreza no Brasil*; Glenn W. Harrison, Thomas F. Rutherford, David G. Tarr e Angelo Gurgel; 54 p..
- Nº 103 (29 de maio) *Do Déficit de Metas às Metas de Déficit: a Política Fiscal do Governo Fernando Henrique Cardoso 1995/2002*; Fabio Giambiagi; 39 p..
- Nº 104 (05 de junho) *Competição Tributária na Federação Brasileira: os Incentivos Tributários dos Estados Afetam a Localização do Investimento Produtivo?*; Napoleão Luiz Costa da Silva e Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti; 22 p..
- Nº 105 (12 de junho) *Os Determinantes da Performance Econômica: Competição Econômica e as Fontes do Crescimento*; Pablo M. Pinto e Jeff Timmons; 55 p..
- Nº 106 (19 de junho) *Determinantes das Exportações Brasileiras: Novas Evidências*; Jorge Saba Arbache e João Alberto De Negri; 38 p..
- Nº 107 (26 de junho) *Principais Características do Modelo Macroeconômico do IPEA*; Marco Antônio F. de H. Cavalcanti, Hamilton Kai e Leonardo Carvalho; 71 p..
- Nº 108 (03 de julho) *Modelo Estrutural de Médio Porte para a Economia Brasileira*; Marcelo Kfoury Muinhos e Sérgio Afonso Lago; 65 p..
- Nº 109 (10 de julho) *Administração da Dívida no Brasil: Avaliação do Plano Real e os Desafios à frente*; Afonso S. Bevilaqua e Márcio G. P. Garcia; 50 p..
- Nº 110 (17 de julho) *Gastos Alimentares nas Grandes Regiões Urbanas do Brasil: Aplicação do Modelo AID aos Microdados da POF 1995-1996 do IBGE*; Tatiane Menezes, Fernando Gaiger Silveira, Luís Carlos G. de Magalhães, Frederico Andrade Tomich e Salvador Werneck Vianna; 18 p..
- Nº 111 (24 de julho) *Gerenciamento da Dívida Pública Brasileira*; Rubens Sardenberg; 30 p..
- Nº 112 (31 de julho) *Efeito Vizinhança na Produtividade da Agropecuária e na Ocupação da Amazônia*; Ajax B. Moreira, Marina Paez e Eustáquio J. Reis; 31 p..
- Nº 113 (07 de agosto) *Dívida Soberana com Seleção Adversa: uma Abordagem Quantitativa*; Laura Alfaro e Fabio Kanczuk; 21 p..
- Nº 114 (14 de agosto) *Ocupação Agrícola e Estrutura Agrária no Cerrado: o Papel do Preço da Terra, dos Recursos Naturais e da Tecnologia*; Gervásio Castro de Rezende; 32 p..
- Nº 115 (21 de agosto) *O Brasil e a Economia do Conhecimento*; Sergei Soares; 7 p..
- Nº 116 (28 de agosto) *Elasticidade de Armington para o Brasil: 1986-2001*; Octávio Augusto Fontes Tourinho, Honório Kume e Ana Cristina de Souza Pedroso; 45 p..
- Nº 117 (04 de setembro) *Progresso Técnico Embutido no Capital: Distorções e Desenvolvimento*; Samuel de Abreu Pessoa e Rafael Rob; 43 p..
- Nº 118 (11 de setembro) *Integração Financeira Internacional e Crescimento Econômico: Uma Resenha Teórica*; João Carlos Ramos Magalhães; 31 p..
- Nº 119 (18 de setembro) *Inovações na Pauta Brasileira de Comércio Exterior*; Fernando J. Ribeiro e Ricardo Markwald; 14 p..
- Nº 120 (25 de setembro) *Programa de Consórcios e Condomínios para Arrendar Terra – Viva Terra*; Ignez Vidigal, Daniela de Paula, Mauro de Rezende Lopes, Guilherme Soria Bastos Filho e Gregory Honczar; 10 p..
- Nº 121 (09 de outubro) – *A Política de Preços Mínimos e o Desenvolvimento Agrícola da Região Centro-Oeste*; Gervásio Castro Rezende; 38 p..
- Nº 122 (16 de outubro) *Impacts of the U.S. subsidy to soybeans on World prices, production and exports*; Antônio Salazar P. Brandão e Elcyon Caiado Rocha Lima; 24 p..

- Nº 123 (23 de outubro) *Os determinantes políticos do comportamento fiscal na América Latina*; Octavio Amorim Neto e Hugo Borsani; 52 p.
- Nº124 (30 de outubro) *Accumulation regimes, macroeconomic structure and capacity utilization: a reconsideration of the relation between income distribution and economic growth in post Keynesian models*; José Luix Oreiro; 20 p.
- Nº 125 (06 de novembro) *A Reestruturação política do Rio/São Paulo: Padrões de integração global*; Hamilton C. Tolosa; 24 p.
- Nº 126 (13 de novembro) *A Riqueza da Nação: Estimativas do Estoque de Capital no Brasil (1950-1999)*; Eustáquio Reis
- Nº 127 (21 de novembro) *A Participação Feminina no Mercado de Trabalho*; Sergei Soares e Rejane Sayuri Isaki; 23 p.
- Nº 128 (27 de novembro) *A Credibilidade da Política Fiscal: Método de Reputação para Execução das Garantias Fiscais pela União junto aos Estados após o Programa de Ajuste Fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal*; Maurício Soares Bugarin e Henrique Augusto Alancon Pires; 43 p.
- N 129 (10 de dezembro) *Argentina, Brazil and Chile: Seminário Internacional IPEA/OECD*

(Ano 2003)

- Nº 130 (26 de fevereiro) *Um Modelo para avaliação dos impactos macroeconômicos da previdência social*; Marco A.F.H. Cavalcanti
- Nº 131A (15 de julho) *Public debt management in Brazil*, Alessandro Missale e Francesco Giavazzi
- Nº 131B (15 de julho) *Targeting inflation when debt and risk premia are high: lessons from Brazil*, Carlos Favero e Francesco Giavazzi
- Nº 132 (18 de julho) *Economic growth and structural change: notes for discussion*, Jan Kregel
- Nº 133 (07 de agosto) *Regulação do preço da energia elétrica e viabilidade do investimento em geração no Brasil*, Ajax R. B. Moreira, Pedro A M-S David e Katia Rocha
- Nº 134 (15 de agosto) *Modelos de simulação de fusões: aplicação a casos brasileiros*, Heleno Martins Pioner
- Nº 135 (20 de agosto) *Vulnerabilidade à fome no Brasil: dimensão, determinantes e políticas de combate*, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco
- Nº 136 (25 de agosto) *O novo projeto de marco regulatório no setor de energia elétrica no Brasil*, Maurício Tolmasquim
- Nº 137 (10 de setembro) *Semiparametric estimation and testing in a model of environmental regulation with adverse selection*, Pascal Lavergne e Alban Thomas
- Nº 138 (25 de setembro) *Uma agenda pós-liberal de desenvolvimento para o Brasil*, Armando Castelar Pinheiro
- Nº 139 (08 de outubro) *Predicting the distributional impacts of macroeconomic shocks: a comparison of the performance of macro-micro models with historical data for Brazil*, Francisco H. G. Ferreira, Philippe G. Leite, Luiz ^a Pereira da Silva, Paulo Picchetti
- Nº 140 (15 de outubro) *Política monetária, inflação e nível de atividade no Brasil (1994-2003): fatos estilizados obtidos por um modelo VAR estrutural*, Elcyon C. R. Lima, Alexis Maka e Brisne J. V. Céspedes
- Nº 141 (22 de outubro) *Condições socioeconômicas, polícia e produção criminal*, Daniel Cerqueira e Waldir Lobão
- Nº 142 (29 de outubro) *Transformações demográficas e o impacto nas políticas públicas*, Ana Amélia Camarano, Kaizô Iwakami Beltrão

- Nº 143 (03 de novembro) *May the pro-poor impacts of trade liberalization vanish because of imperfect information?* Jean Marc Boussard, F. Gérard, M. G. Piketty, A. K. Christensen, T. Voituriez
- Nº 144 (05 de novembro) *Impactos fiscais e atuariais da reforma da previdência*, José Cechin
- Nº 145 (12 de novembro) *Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome*, Sonia Rocha
- Nº 146 (19 de novembro) *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: um modelo linear generalizado para explicar a evolução no período 1940-2000*, Kaizô Iwakami Beltrão
- Nº 147 (26 de novembro) *A experiência de crescimento das economias de mercado nos últimos 40 anos*, Samuel de Abreu Pessoa
- Nº 148 (03 de dezembro) *Focalização como instrumento para uma política social mais efetiva*, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Patrícia Simões de Carvalho
- Nº 149 (17 de dezembro) *R&D Investment, international trade, and 'home market' and 'competitiveness' effects*, Armando José Garcia Pires

(Ano 2004)

- Nº 150 (15 de janeiro) *Pobreza rural e trabalho agrícola no Brasil ao longo da década de noventa*, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco
- Nº 151 (21 de janeiro) *O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90*, Rodrigo Mendes Gandra
- Nº 152 (28 de janeiro) *Criminalidade, pobreza e política de segurança*, Rute Imanishi Rodrigues, Ipea
- Nº 153 (11 de fevereiro) *Populist budgets and long run growth*, Felix Rioja e Gerhard Glomm
- Nº 154 (17 de março) *Electricity crisis and liberalization of markets: some lessons from Brazil and California*, Emílio H. Matsumura
- Nº 155 (24 de março) *Condicionantes da produtividade da agropecuária brasileira*, José Garcia Gasques, Eliana Teles Bastos, Miriam P. R. Bacchi e Júnia C. P. R. da Conceição
- Nº 156 (30 de março) *Brazil's service trade and international trade negotiations*, Aaditya Mattoo e Carsten Fink
- Nº 157 (07 de abril) *Disposição especial de crimes no município de São Paulo*, Alexandre Xavier de Carvalho, Paulo Furtado de Castro, Orjan Olsen e Leandro Piquet Carneiro
- Nº 158 (14 de abril) *Banco multidimensional de estatísticas – BME – Apresentação geral e possibilidades de utilização em pesquisas do IPEA*, Ana Isabel Alvarenga, Carmem Falcão, Márcia Pimentel, Márcio Duarte
- Nº 159 (28 de abril) *Foreign direct investment determinants in developing countries*, Marcelo Nonnenberg e Mario Jorge C. Mendonça
- Nº 160 (12 de maio) *A risk management approach to emerging market's sovereign debt sustainability with an application to Brazilian data*, Márcio Garcia e Roberto Rigobon
- Nº 161A (09 de junho) *Mudanças na Cofins e no PIS-PASEP e a estrutura de incentivos à produção doméstica*, Honório Kume
- Nº 161B (09 de junho) *O impacto da nova Cofins na Economia Brasileira*, Octávio Augusto Fonte Tourinho, Napoleão Silva e Yann Le Boulluec Alves
- Nº 162 (16 de junho) *Sistema de evaluación y monitoreo: un reto de política pública*, Gonzalo Hernández Licona
- Nº 163 (07 de julho) *Challenges in the regulation of brazilian private health insurance*, Carlos Octávio Ocké-Reis

- Nº 164 (14 de julho) *Diagnóstico da previdência social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar?* Fábio Giambiagi, Kaizô Beltrão e Wagner Ardeo
- Nº 165 (21 de julho) *Auction econometrics by least squares*, Leonardo Rezende
- Nº 166 (04 de agosto) *Governo eletrônico e aspectos fiscais: a experiência brasileira*, Mônica Mora
- Nº 167 (11 de agosto) *The impact of policy reforms on rural poverty in Brazil: preliminary evidence from the 1990s*, Steven M. Helfand e Edward S. Levine
- Nº 168 (08 de setembro) *Regime cambial e fiscal sob incerteza*, Antonio Fiorencio e Ajax Moreira
- Nº 169 (15 de setembro) *Contabilizando o crescimento econômico brasileiro — 1940-2002*, Edmar Bacha e Regis Bonelli
- Nº 170 (22 de setembro) *Financiamento de projetos de infra-estrutura pelos fundos de pensão: desenhando um instrumento de baixo risco de crédito e ALM-eficiente*, André Gustavo Morandi da Silva, Eliane Aleixo Lustosa, Luis Claudio Gasparini e Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
- Nº 171 (29 de setembro) *Política monetária e alongamento da dívida pública: uma proposta para discussão*, Murilo Robotton Filho, Adriana Beltrão Dupita e Carlos Kawall Leal Ferreira
- Nº 172 (06 de outubro) *Assessing the impact of environmental regulation on industrial water use: evidence from Brazil*, Arnaud Reynaudz e José Feres
- Nº 173 (13 de outubro) *The term structure of sovereign spreads in emerging markets: a calibration approach for structural models*, Katia Rocha e Francisco A. Alcaraz Garcia
- Nº 174 (20 de outubro) *PPP no Brasil: Gestão de riscos e papel dos fundos de pensão*, Waldery Rodrigues Junior
- Nº 175 (01 de dezembro) *Estimating potential output: a survey of the alternative methods and their applications to Brazil*, Nelson H. Barbosa-Filho
- Nº 176 (15 de dezembro) *Inovação e padrões tecnológicos na indústria brasileira*, João Alberto De Negri e Mario Sergio Salerno

(Ano 2005)

- Nº 177 (19 de janeiro) *Understanding, evaluating and selecting voting rules through games and axioms*, Danilo Coelho
- Nº 178 (02 de fevereiro) *Crescimento agrícola no período 1999/2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil*, Antonio Salazar Pessoa Brandão, Gervásio Castro de Rezende e Roberta Wanderley da Costa Marques
- Nº 179 (16 de fevereiro) *Entrepreneurship and liquidity constraints in deprived areas: evidence from the slums of Rio de Janeiro*, João Pedro W. de Azevedo
- Nº 180 (23 de fevereiro) *Political economics of the domestic debt in nineteenth-century Brazil*, William Summerhill
- Nº 181 (02 de março) *1. The evolution of international output differences (1960-2000): from factors to productivity. 2. On the tyranny of numbers: east asian miracles in world perspective*, Pedro Cavalcanti Ferreira, Samuel Abreu Pessoa e Fernando A. Veloso
- Nº 182 (09 de março) *Uma interpretação econômica da história do Brasil*, Eustáquio José Reis
- Nº 183 (30 de março) *Saúde e saneamento no Brasil*, Mário Jorge Cardoso de Mendonça e Ronaldo Seroa da Motta
- Nº 184 (13 de abril) *Modelo fatorial linear macroeconômico de estrutura a termo da taxa de juros: aplicação para economias abertas e pequenas*, Marcos Antonio Coutinho da Silveira

- Nº 185 (20 de abril) *Reelection incentives and political corruption: evidence from Brazilian audit reports*, Claudio Ferraz, Frederico Finan
- Nº 186 (27 de abril) *Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação*, Maurício Cortez Reis e José Márcio Camargo
- Nº 187 (04 de maio) *Valor da opção de investimento (exportação) e volatilidade cambial*, Roberto Siqueira e Ajax R. B. Moreira
- Nº 188 (11 de maio) *Measuring economies of vertical integration in network industries: an application to the water sector*, Serge Garcia, Michel Moreaux e Arnaud Reynaud
- Nº 189 (25 de maio) *Medidas da condição da política monetária no Brasil*, Brisne J. V. Céspedes, Elcyon C. R. Lima, Alexis Maka e Mário J. C. Mendonça
- Nº 190 (01 de junho) *Estoque de Capital Privado nos Municípios Brasileiros — 1970-1985* Eustáquio Reis, Kleper Magalhães, Márcia Pimentel, Mérida Medina
- Nº 191 (21 de setembro) *Produto potencial: conceitos, métodos de estimação e aplicação à economia brasileira*, José Ronaldo de Castro Souza Júnior
- Nº 192 (22 de setembro) *A Escolha da Idade da Aposentadoria*, Marcelo de Sales Pessoa
- Nº 193 (05 de outubro) *“A remuneração de redes nas telecomunicações e a nova orientação a custos: avaliação e perspectivas para a telefonia fixa brasileira”*, Gabriel Godofredo Fiuza de Bragança
- Nº 194 (19 de outubro) *Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola e seus efeitos adversos sobre o emprego agrícola e a agricultura familiar no Brasil*, Gervásio Castro de Rezende
- Nº 195 (26 de outubro) *Federalismo e endividamento subnacional: uma discussão sobre a sustentabilidade da dívida estadual e municipal*, Mônica Mora e Fábio Giambiagi
- Nº 196 (09 de novembro) *Salário mínimo e distribuição de renda*, Ricardo Paes de Barros e Mirela de Carvalho
- Nº 197 (16 de novembro) *Tributação e integração econômica na América Latina: perspectivas de reforma*, Luiz A. Villela
- Nº 198 (23 de novembro) *Welfare and growth effects of alternative fiscal rules for infrastructure in Brazil*, Pedro Cavalcanti Ferreira
- Nº 199 (30 de novembro) *The emergence of China: opportunities and challenges for Latin America and the Caribbean*, Maurício Mesquita Moreira
- Nº 200 (02 de dezembro) *Measuring and analysing sovereign risk with contingent claims*, Dale Gray

(Ano 2006)

- Nº 201 (18 de janeiro) *Benchmark para a Dívida Pública: Duas propostas Alternativas*, Mariana Lopes e Rodrigo Cabral
- Nº 202 (01 de fevereiro) *Reproduzindo os Momentos dos Retornos dos Ativos Brasileiros com Aversão a Desapontamento Generalizada*, Marcelo Pessoa, Marco Bonomo e René Garcia.
- Nº 203 (08 de fevereiro) *Time Series Econometrics in a Post-Acquisition Antitrust Analysis: Causality, Explanatory Power and Structural Break in Brazilian Iron Ore Market*, Eduardo P. S. Fiuza e Fabiana F. M. Tito
- Nº 204 (15 de março) *Um estudo sobre as filas para transplantes no Sistema Único de Saúde Brasileiro*, Alexandre Marinho
- Nº 205 (22 de março) *Inflação e nível de atividade no Brasil: estimativas da Curva de Phillips*, Leandro Nascimento Brito

- Nº 206 (29 de março) *Os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil*, Mauricio Cortez Reis
- Nº 207 (05 de abril) *A participação do agronegócio no PIB brasileiro: controvérsias conceituais e propostas metodológicas*, Maurio Virginio de Sena e Silva e Marcelo José Braga Nonnenberg
- Nº 208 (13 de abril) *Guide to the demographic module for poverty analysis and projection (DMPAP) na excel work book with na application to Venezuela*, Ralph Hakkert
- Nº 209 (17 de abril) *The effect of pre-primary education on primary school performance*, Samuel Berlinski, Sebastian Galiani e Paul Gertler
- Nº 210 (19 de abril) *Seguridade mercado de trabalho e competitividade: em busca de simbiose*, Milko Matijascic
- Nº 211 (26 de abril) *Do nascimento à morte: as principais transições*, Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão Mello e Solange Kanso
- Nº 212 (03 de maio) *Aposentadoria por invalidez dos servidores públicos civis do poder executivo federal brasileiro entre 1994 e 2004*, Paulo Tafner, Marcelo Pessoa e João Mendonça
- Nº 213 (10 de maio) *Moradia precária e violência na cidade de São Paulo*, Rute Imanishi Rodrigues
- Nº 214 (17 de maio) *Poverty reduction and growth: virtuous and vicious circles*, Guillermo E. Perry, Omar S. Arias, J. Humberto López, William F. Maloney e Luis Servén
- Nº 215 (24 de maio) *Effect of macro shocks over the Brazilian yield curve with no arbitrage models*, Marco S. Matsumura e Ajax R. B. Moreira
- Nº 216 (31 de maio) *The effects of gender segregation on wages at the establishment level: an empirical analysis using a panel of matched employer-employee data*, Miguel Foguel
- Nº 217 (14 de junho) *A liquidez internacional e a vulnerabilidade dos emergentes*, Felipe Pinheiro, Katia Rocha, Roberto Siqueira e Leonardo Carvalho

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

- ASSINATURA
 EXEMPLARES AVULSOS



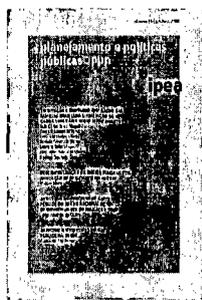
**REVISTA DE PESQUISA
E PLANEJAMENTO
ECONÔMICO**
PPE - quadrimestral

assinatura anual
R\$ 58,00 (Brasil)

exemplar avulso
R\$ 15,00

Número de Assinaturas

Total em R\$,00



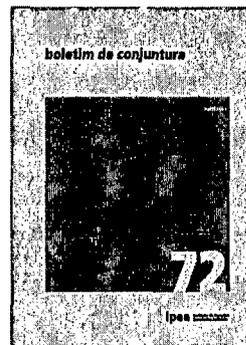
**REVISTA PLANEJAMENTO
E POLÍTICAS
PÚBLICAS**
PPP - semestral

assinatura anual
R\$ 39,00 (Brasil)

exemplar avulso
R\$ 15,00

Número de Assinaturas

Total em R\$,00



**BOLETIM DE
CONJUNTURA**
BC - trimestral

assinatura anual
R\$ 60,00 (Brasil)

exemplar avulso
R\$ 11,00

Número de Assinaturas

Total em R\$,00

TOTAL EM R\$

,00

EXEMPLARES AVULSOS

CÓDIGO	TÍTULO	QUANTIDADE	R\$
* envio para outros estados			SUBTOTAL
obs.: antes do encaminhamento do pedido, solicitamos contato prévio para verificação da disponibilidade de estoque e informações sobre o valor do sedex.			CUSTO DO SEDEX*
			TOTAL GERAL

SEUS DADOS

nome setor

endereço cep

bairro cidade estado

telefone ramal fax e-mail

0 xx () 0 xx ()

data / / 200__ assinatura

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 16º Andar
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20020-010

www.ipeadata.gov.br

IPEADATA *online*, atendimento ao usuário:
ipeadata@ipea.gov.br

ipeadata *online*

**IPEADATA *online*,
a economia brasileira na Internet!**

- base de dados macroeconômicos
- 3 mil séries tratadas na mesma unidade monetária
- temas: população, emprego, salário e renda, produção, consumo e vendas, contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito, preços, juros, câmbio, balanço de pagamentos e economia internacional
- sistema amigável para pesquisar e extrair dados, construir tabelas e gráficos e realizar transformações matemáticas e estatísticas

Um poderoso instrumento para análises de conjuntura e estudos econômicos!

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

ipea